

**Departamento de Sociologia**

**Participação e ativismo político nos estudantes angolanos do  
Ensino Superior**

**Manuel Zangado Cavela**

**Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Sociologia**

**Orientador:**

**Doutor Renato Miguel do Carmo, Professor Auxiliar Convidado do ISCTE-  
Instituto Universitário de Lisboa**

**Junho, 2017**



Departamento de Sociologia

Participação e ativismo político nos estudantes angolanos do  
Ensino Superior

Manuel Zangado Cavela

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Sociologia

Orientador:

Doutor Renato Miguel do Carmo, Professor Auxiliar Convidado do ISCTE-Instituto  
Universitário de Lisboa

Junho, 2017

## **Agradecimentos**

A Deus motor imóvel de tudo e todos, cuja a essência é existir;

Aos meus pais Manuel Cavela e Bernardina Rita, estimados irmãos, meus companheiros uterinos e àqueles cujo laço de africanidade assim me permite chamá-los;

Aos meus filhos, Manuel Zangado Eduardo Cavela (Leibniz) e Einistein Padre Eduardo Cavela, que ficaram privados do meu carinho e afeto paternal;

Aos meus tios José Avantino e Xavier Manuel Tchindemba, que desde sempre renunciaram seus projetos pessoais, a fim de colaborar na concretização deste ciclo de formação académica;

Ao meu irmão Gabriel dos Santos Cassinda que forma desinteressada conduziu a gestão efetiva da minha ausência na solução de vários assuntos pessoais, profissionais e familiares;

Aos meus professores do curso de Sociologia e de Ciência Política do ISCTE – IUL;

Ao Professor Doutor Renato Miguel do Carmo que aceitou em primeira instância, o desafio de acompanhar a presente investigação;

Aos meus colegas e companheiros de longa data que foram a razão inspiradora para este curso e com os quais partilhei momentos tonantes na academia e não só, nomeadamente Damiano Salei Padre, Germano Rangel Chio Correia e Marcelino Tchissingui Ekungu;

À Carla Marina Amaral e sua família, que nos acolheram de forma desinteressada e nos proporcionaram integração familiar;

Ao Padre Henrique Simão Mutali, pelo seu jeito nobre e encarnador das dificuldades de outrem;

A todos os colegas do Mestrado em Sociologia e Ciência Política, e todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a efetivação constitutiva da gema mais concêntrica desta pesquisa;

A minha eterna gratidão!

## **Resumo**

O presente trabalho tem como tema “Participação e ativismo político nos estudantes angolanos do ensino superior”. Do tópico a ser abordado, formulamos a seguinte questão de partida: Qual é o grau e autonomia da participação e ativismo nos estudantes angolanos do ensino superior?

A par da literatura relevante, constitui objetivo principal desta pesquisa, determinar o grau e autonomia da participação e ativismo político pelos estudantes angolanos do ensino superior, desdobrando-se em três objetivos específicos: identificar os referentes teóricos e metodológicos que sustentam a participação e ativismo político; medir o grau e autonomia de participação e ativismo político dos estudantes angolanos do ensino superior; construir um quadro de referência dos resultados que se obterão do estudo junto dos estudantes angolanos do ensino superior. Com foco na concretização dos objetivos da presente pesquisa, recorreu-se à metodologia qualitativa, nomeadamente a entrevista semi- diretiva para a recolha de informação e à análise de conteúdo como técnica de tratamento dos dados recolhidos.

Neste entretanto, procuramos fazer uma abordagem teórico-empírica, à luz da revisão da literatura relevante e dos dados recolhidos aos estudantes angolanos do ensino superior, residentes em Portugal, com o intuito de atingir os objetivos da pesquisa, onde se pode inferir que os motivos e modos de participação e ativismo destes varia em função das condições e contextos associados a sua realidade tendo em conta o tipo de democracia participativa que se projeta para Angola, fundadas primordialmente na utilização das sociais online (ativismo digital) face as repreensões levadas a cabo pelo governo daquele país contra os manifestantes.

Palavras chave: participação, ativismo político, movimentos sociais, democracia.

## **Abstract**

The present work focuses on “Participation and political activism of college students in Angola”. From this topic, we have formulated the following research question: What is the level and autonomy of the participation and activism of college students in Angola?

Coherently with the relevant literature, the main objective of this study is to determine the level and autonomy of the participation and political activism by college students in Angola. This can be divided into three specific objectives: to identify the theoretical and methodological references that sustain participation and political activism; to measure the level and autonomy of participation and political activism of college students in Angola; to build a framework of reference of the results to be obtained from college students. Focusing on the pursue of the objectives of this research, we have resorted to qualitative methodology, concretely interviews to collect information and content analysis as a ways of treating the data collected.

Meanwhile, we try to have a theoretical-empirical approach, in the light of the review of the relevant literature and the data collected from college students in Angola living in Portugal, aiming at pursuing the research objectives, from which can be inferred that the motives and ways of participation and activism of these students varies according to the conditions and contexts related to their reality considering the type of participatory democracy that is projected for Angola, based primarily on the use of online social (digital activism) in the face of the reprimand carried out by the government of that country against the demonstrators.

**Keywords:** participation, political activism, social movements, democracy.

## **Índice Geral**

Agradecimentos .....	ii
Resumo .....	iii
Abstract.....	iv
Índice de Quadros .....	vi
Índice de Figuras .....	vii
Índice de gráficos.....	viii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA</b> .....	3
1.1 Abordagem teórica sobre o conceito de participação .....	3
1.2 Movimentos sociais, ação colectiva e activismo político .....	6
1.3 O contexto dos movimentos sociais em África .....	11
<b>CAPÍTULO II - O ATIVISMO POLÍTICO EM ANGOLA</b> .....	14
2.1 Uma resenha contextual.....	14
2.2 Formas de participação e motivação dos ativistas em Angola .....	16
<b>CAPÍTULO III – DESENHO DA PESQUISA</b> .....	19
3.1 Modelo Análise.....	19
3.2 Método de Recolha da Informação .....	20
3.3 Técnica de tratamento da informação .....	22
3.4 Seleção dos entrevistados .....	23
<b>CAPÍTULO IV - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS</b> .....	25
4.1 Caracterização do painel de entrevistados .....	25
4.2 Socialização Política .....	26
4.3 Motivação da participação e ativismo .....	27
4.4 Modos de participação e ativismo .....	31
4.5 Futuro da participação e ativismo .....	35
4.6 Articulação entre as dimensões de análise.....	38
<b>CONCLUSÃO</b> .....	41
<b>FONTES</b> .....	43
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	44
<b>ANEXOS</b> .....	I

## **Índice de Quadros**

Quadro A – Grelha de Análise .....	I
Quadro B – Evolução das manifestações em Angola .....	IV
Quadro C1 – Idade dos entrevistados .....	VII
Quadro C2 – Habilitações dos entrevistados .....	VIII
Quadro C3 – Género dos entrevistados .....	IX
Quadro C4 – Cursos dos entrevistados .....	XI
Quadro C5 – Regiões dos entrevistados .....	XII

## **Índice de Figuras**

Figura 1.1 – O mundo da Primavera Árabe.....	13
Figura 3.1 – Articulação entre os conceitos centrais da pesquisa .....	19

## **Índice de gráficos**

Gráfico C1 – Idade dos entrevistados.....	VIII
Gráfico C2 – Habilitações dos entrevistados.....	IX
Gráfico C3 – Género dos entrevistados.....	X
Gráfico C4 – Cursos dos entrevistados.....	XI
Gráfico C5 – Regiões dos entrevistados.....	XII

## **Glossário de siglas**

- AEA – Associação de Escuteiros de Angola
- ANGOP – Agência Angola Press
- BNA – Banco Nacional de Angola
- CAP – Comité de Ação do Partido
- CASA-CE – Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral
- E – Entrevista
- ESS – Escola Superior de Saúde
- FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
- IGOT – Instituto Geográfico e Ordenamento de Território
- ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão
- ISEL – Instituto Superior de Engenharia de Lisboa
- JMPLA – Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola
- MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
- MR – Movimento Revolucionário
- NEA – Núcleo dos Estudantes Africanos
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OPA – Organização do Pioneiro Agostinho Neto
- PN – Polícia Nacional
- RNA – Rádio Nacional de Angola
- SINPROF – Sindicato Nacional de Professores
- SNS – Sistema Nacional de Saúde
- TPA – Televisão Pública de Angola
- UAL – Universidade Autónoma de Lisboa
- ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
- UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola
- UNTA – União Nacional dos Trabalhadores Angolano

## INTRODUÇÃO

É ponto assente que a participação e o ativismo têm sido alvos de gravitação argumentativa, nos dias de hoje, em torno da problemática ligada a democracia participativa. Assim vários estudos apontam para o desenrolar desta temática que a nosso ver, atinentes a realidades cujas democracias têm consolidadas as suas bases vivenciais. É o caso do estudo de Castells “Redes de Indignação e Esperança” onde faz uma abordagem sobre as matrizes do ato participativo, através dos movimentos sociais, em três realidades distintas, a partir da Primavera Árabe, passando pelos Indignados da Espanha e os *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos da América.

Nesta ótica procuramos na presente pesquisa trazer à tona realidades pouco exploradas pelos teóricos desta matéria, que afloram a participação e ativismo político em democracia pouco consolidadas, como é o caso de Angola.

E por assim dizer, a abordagem do presente trabalho procurou a partir das bases da revisão da literatura, os germes da participação e ativismo em Angola, nos dias de hoje, sob suas variadíssimas nuances, tomando contornos visíveis face a vontade de estancar tal ato pelas autoridades do país.

Na presente investigação pretendemos explorar também a relevância dos movimentos sociais para o ato participativo na consolidação das democracias, pelo que, este tipo de ação coletiva tem galvanizado e protagonizado mudanças estruturais nas sociedades contemporâneas.

É este o espírito que norteia a presente pesquisa, tendo em vista os seus objetivos que se consubstanciam: i) Objetivo geral: determinar o grau e autonomia da participação e ativismo político nos estudantes angolanos do ensino superior; ii) Objetivos específicos: 1) identificar os referentes teóricos e metodológicos que sustentam a participação e ativismo político dos estudantes angolanos do ensino superior; 2) medir o grau e autonomia de participação e ativismo político dos estudantes angolanos do ensino superior; 3) construir um quadro de referência dos resultados que se obterão do estudo junto dos estudantes angolanos do ensino superior.

Nesta ótica, a presente dissertação, está estruturada por quatro capítulos. No I Capítulo aborda-se os conceitos de participação política e suas modalidades, bem como as teorias ligadas aos movimentos sociais, ação coletiva e ativismo político.

Por razões situacionais da unidade de análise, o Capítulo II trata do ativismo político em Angola, onde procuramos desenvolver em primeiro lugar uma resenha contextual desta temática no país, e seguidamente as formas e motivação para participação e ativismo em Angola, assentado no modo como o contexto participativo tem decorrido e quais as aspirações que sustentam esta prática, pelos organizadores e protagonistas.

O Capítulo III afere o desenho da pesquisa utilizado para a concretização da presente investigação, em que se apresenta o modelo de análise, que se consubstancia na articulação entre os conceitos fundamentais da pesquisa, o método de recolha de dados, a técnica de tratamento da informação, bem como a seleção dos entrevistados como unidade de análise.

Por último no Capítulo IV se aflora a análise e interpretação dos dados recolhidos por meio das entrevistas, distribuídos em dimensões de análise: caracterização dos entrevistados; socialização política; motivação para participação e ativismo; modos de participação e ativismo e o futuro da participação e ativismo, sem olvidar a articulação que se faz entre as várias dimensões de análise expostas neste capítulo, no sentido de medir os pontos de interceção entre os mesmos.

A dissertação termina com a bibliografia e os anexos. O primeiro capítulo é exposto de seguida.

## **CAPÍTULO I - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

### **1.1 Abordagem teórica sobre o conceito de participação**

A participação política radica desde a antiguidade grega, embora uma pequena parcela da população era considerada cidadã e tinha direito de participar das decisões públicas. No entanto, como a esfera política espacial correspondia à cidade-estado e o número de cidadãos era limitado, era viável que a democracia ocorresse a partir da participação direta dos cidadãos (Bobbio, 2010 *apud* Villela, 2012, p. 12)

“Com a evolução da forma representativa da democracia, passou-se a buscar novas formas de participação que não apenas o voto, a fim de que os cidadãos não precisem esperar a data das eleições para participar nos assuntos públicos. Além do voto, a participação política envolve uma série de práticas, como a conscientização e a organização; pertencer a um partido político; exercer uma função pública; participar em reuniões, movimentos e associações; praticar o exercício da crítica; apoiar um candidato no decorrer da campanha eleitoral; exercer pressão sobre dirigente político, entre outras” (Bobbio, 2010; Dollari, 1999; *apud* Villela 2012, p.12).

Mas, a par destas posições apresentadas pelos autores supra, existem teorias que defendem a participação política no prisma tradicional, através do voto com o foco na escolha dos governantes.

Assim, e tendo em conta esta vertente, podemos notar as definições apresentadas por Boot e Seligson (1976, citados por Borba 2012, p. 265), que a conceituam como “um comportamento que influencia ou tenta influenciar a distribuição dos bens públicos”. Mais recentemente, considerando também as mudanças no âmbito da participação política, Brady (1999, citado por Borba 2012, p. 265), a definiu como “a ação de cidadãos comuns com o objetivo de influenciar alguns resultados políticos”, limitando a participação no simples objetivo da influência, sem buscar elementos que possam determinar e materializar tal facto, na verificação dos resultados de tal participação.

Na mesma senda, definições sustentam que “a participação política refere-se às actividades desenvolvidas pelos cidadãos que estão mais ou menos diretamente direcionadas para influenciar a escolha dos governantes e as decisões que eles tomam”,

(Verba e Nie,1972 citados por Viegas, 2007 p. 62). Esta definição afere o ato de participação, na escolha e nas decisões dos governantes, mostrando-se limitada, pela elasticidade com o qual o conceito hoje ganhou suas nuances contextuais e adaptativas. O autor justifica que a “participação política inscreve-se claramente nos princípios da democracia representativa, que aliás, veio a ser legitimada pela afluência dos cidadãos aos processos eleitorais, mas com algumas aberturas para a participação popular em instituições próprias, ao nível laboral e local” (Viegas, 2000: 141-156).

Este argumento suscita o levantamento da determinação e âmbito da participação política, nos dias de hoje, em que podemos consigná-lo através das modalidades de participação.

Assim apoiando-nos em Milbrath, (1965 *apud* Pasquino 1996, p.189) “os comportamentos participativos ocorreriam no seguinte *continuum*, em termos de custos e complexidade, às seguintes modalidades: 1) expor-se a solicitações políticas; 2) votar; 3) participar de uma discussão política; 4) tentar convencer alguém a votar de determinado modo; 5) usar um distintivo político; 6) fazer contato com funcionários públicos; 7) contribuir com dinheiro a um partido ou candidato; 8) assistir a um comício ou assembleia; 9) dedicar-se a uma campanha política; 10) ser membro ativo de um partido político; 11) participar de reuniões onde se tomam decisões políticas; 12) solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas; 13) candidatar-se a um cargo eletivo; 14) ocupar cargos públicos”.

Este modelo concebido por Milbrath, que se denomina por “modelo da centralidade”, os cidadãos são divididos em três grupos, de acordo com o nível de engajamento. Teríamos os passivos (que não participam), os espectadores (envolvimento mínimo) e os “gladiadores” (ativistas). Tais níveis seriam cumulativos e formariam uma pirâmide, onde as atividades mais complexas seriam aquelas desenvolvidas pelos cidadãos mais centrais da estrutura social (Milbrath, 1965, citado por Borba 2012.)

Desta feita podemos constatar que a participação não se reduz apenas a um único elemento tradicional (voto) mas, a uma gama de ações com vista a envolver os cidadãos nos assuntos públicos.

Por esta razão, Norris (2001), sustenta que a participação política dos cidadãos na vida pública ocorre a partir de uma mediação feita por instituições da sociedade civil organizada, a saber: grupos de interesse, novos movimentos sociais, partidos políticos e

a *mídia*. Como podemos verificar nesta definição, existe uma acoplação de elementos com vista a influenciar a tomada de decisões públicas, onde é ressaltada a existências dos movimentos sociais como agentes de participação política.

Já na conceção de Viegas, Belchior e Seiceira (2010), onde defendem que “a participação política compreende as atividades dos cidadãos direcionadas para influenciar a escolha dos governantes e as suas decisões, as atividades de protesto, o contacto com instituições de representação política e não política, assim como novas formas de participação política assentes na utilização da internet e no comportamento de consumo ideologicamente orientado”, poderemos conjecturar o alargamento do âmbito da participação incluindo as redes sociais online, como ferramenta necessária no ato de participação.

Assim o surgimento das novas formas e modalidades de participação, diferente da tradicional, que assenta a sua essência no voto, “deve-se a fatores sociais e culturais, característicos das democracias dos países mais desenvolvidos, sendo a destacar os seguintes: os níveis mais elevados de educação das populações, o incremento das profissões técnicas e científicas, a difusão de novas tecnologias de informação entre outros” (Verba e Nie, 1972 citados por Viegas, 2007 p. 63).

É através da nova forma de participação que os indivíduos ou grupos deixados à margem por questões económicas, de género e raça poderão ser incluídos dentro do processo democrático, colaborando na própria definição da comunidade a que estão inseridos. Neste caso “a democracia é vista como um projeto de inclusão social e de inovação cultural que se coloca como tentativa de instituição de uma nova soberania democrática” (Santos, 2000, *apud* Pereira, 2008 p. 85).

No entanto, pode-se aferir que existe um prisma onde se pode despoletar as consequências da participação do ponto de vista das preferências políticas que se comunicam e do ponto de vista da recetividade dos líderes e sobre a igualdade entre os cidadãos. “Com determinadas condições organizativas, a participação política conduz a maior igualdade ou pelo menos impede o crescimento das desigualdades na distribuição de recursos” (Pasquino, 1996:210).

É neste ambiente que emergem novas formas de participação, como por exemplo através dos movimentos sociais. Passemos a este ponto.

## **1.2 Movimentos sociais, ação coletiva e ativismo político**

Vivemos num período em que a descrença em relação às democracias existentes tornou-se generalizada, onde cientistas políticos e sociólogos quanto cidadãos comuns partilham a sensação de um contínuo esvaziamento das formas de participação política tradicionais, o que traduz nas baixas taxas de participação eleitoral, diminuição no número de filiados em sindicatos e partidos políticos e diminuição do ativismo cívico (Pereira, 2008:110), emergindo outras formas de participação para o aperfeiçoamento democrático no conflito entre os movimentos sociais e a regime político-social que vigora em uma sociedade.

A discussão sobre os movimentos sociais desde sempre suscitou controvérsias, dado que não existe uma definição unânime a respeito de tal temática fruto das perspetivas de abordagem.

É assim que os “movimentos sociais em sua diversidade são um caminho de participação política influente, porque representam uma das maneiras modernas de influir sobre as políticas e aos detentores do poder, sobre como se elegem e como atuam” (Pasquino, 1996:210).

Por assim dizer, e na perspetiva de vários estudiosos, os movimentos sociais resultam da ação coletiva, no sentido de dar cobro a uma determinada ação social, cujo objetivo represente às aspirações dos indivíduos.

Para perceção teórica deste assunto levantado sobre os movimentos sociais, enquanto forma de ação coletiva, apoiamo-nos nos argumentos das “teorias do comportamento coletivo” que contemplam variantes teóricas tanto do funcionalismo quanto interacionismo” (Nunes, 2011: 8). Neil Smeler (1962, citado por Nunes, 2011, p. 8) “fará a mais significativa interpretação aos fenómenos da ação coletiva a partir do modelo teórico funcionalista. Rejeitando que a análise do comportamento coletivo possa ser explicada apenas devido a determinantes psicológicas, Smeler procura as determinantes causais do comportamento coletivo nas estruturas sociais e explicita um quadro de condições para a emergência e desenvolvimento da ação coletiva, que passaria pelas seguintes etapas: condutividade social; tensão estrutural; criação de crenças generalizadas; fatores precipitantes; mobilização dos participantes para a ação; e controlo social”.

Quanto a variante do interacionismo simbólico, destacam-se os trabalhos pioneiros de Robert Park, Ernst Burgess e Herbert Blumer (citados por Nunes, 2011, p. 8). Para estes autores, “os comportamentos coletivos não são um mero reflexo de crises sociais, ao invés, os comportamentos coletivos (ou movimentos sociais) constituem parte integrante do normal funcionamento da sociedade, detendo a capacidade de produzir valores e solidariedade indutoras de mudança social. Críticos a esta perspectiva desenvolveram a teoria da ação racional, onde destacam-se as teorias da mobilização de recursos e as do processo político. Nas teorias da mobilização dos recursos (tendo como autores principais Oberschall, McCarthy, Zald, Tarrow e McAdam), ação coletiva é essencialmente caracterizada enquanto ação instrumental- racional e centrada do ponto de vista da capacidade organizativa de obtenção de recursos” (Nunes 2011:8). Por outro lado, “enquanto as teorias da mobilização dos recursos procuram salientar os aspetos internos organizacionais dos movimentos sociais, as teorias do processo político focam-se nas variáveis externas aos movimentos como o contexto político e institucional. A sua análise estrutural assenta sobretudo no estudo das estruturas das oportunidades políticas, mas, carecendo da contextualização social necessária das relações que se estabelecem com as restantes estruturas e campos sociais da sociedade” ( Crossley, 2002 *apud* Nunes 2011, p. 9; Nunes 2011: 9).

Por assim dizer o conceito de ação coletiva na ótica de Neveu está pouco clarificado no interior da diversidade dos paradigmas de entendimento das formas de ação. Mas é possível no entanto dar-lhe uma definição mínima: a ação coletiva é uma ação comum tendo como objetivo atingir fins partilhados (Neveu, 1996, *apud* Guerra 2006, p. 57).

Melucci (2001, *apud* Guerra 2006), vai mais longe ao afirmar que a ação coletiva permite o alargamento dos processos de aprendizagem, de socialização e de comunicação, demonstrando a capacidade de transformação das sociedades humanas, que não são apenas capazes de aprender, mas são cada vez mais caracterizadas pela sua reflexividade - «aprendem a aprender».

O autor identifica no entanto, um conjunto de características sociais que podem levar à denominação de uma ação como coletiva: 1) As ações que envolvem simultaneamente um grupo de indivíduos ou grupos; 2) As ações que exibem características morfológicas similares em contiguidade no espaço e no tempo; 3) As ações que impliquem um campo de relações sociais; 4)As pessoas envolvidas atribuem sentido à ação em causa.

Estes e outros argumentos, direcionam os movimentos sociais como forma de ação coletiva, pelo que de forma específica pode reverter para ações de participação e ativismo político. Nesta ótica Fernandes, assegura que.

Estes (movimentos sociais) mobilizam concretas camadas sociais ou coletividade, procuram dar corpo e defender interesses e valores. Promovem a integração social e intervêm na orientação do futuro coletivo. O envolvimento e o apoio das pessoas aos movimentos sociais dependem, do grau de consciência dessa exclusão e da vontade de alargar os espaços de participação. Os movimentos podem ser considerados como condutas coletivas que mobilizam recursos, humanos e materiais, em ordem à defesa de interesses concretos, tendendo a agir sobre estruturas de controle e estruturas de sentido (Fernandes, 1998: 102).

É assim que no entender de muitos autores como Pereira (2008), que é através de ações na esfera pública, que os movimentos sociais podem chamar a atenção da sociedade para determinadas temáticas, pressionando desta forma o sistema político a promover as mudanças ou manutenções de políticas que os primeiros consideram relevantes<sup>1</sup>, como esclarece:

Se reconhecemos o conflito político como elemento fundamental dos processos políticos e da democracia, deveremos reconhecer também o papel fundamental dos movimentos sociais na promoção de mudanças em certos aspetos da sociedade, através de tematização de novas demandas, do reconhecimento de desigualdades, sendo desta forma uma das principais formas de ação coletiva (Pereira, 2008:111).

Este é o sustentáculo da existência dessas formas de ação coletiva centrada nos movimentos sociais que “através da história, são os produtores de novos valores e novos objetivos em volta dos quais as instituições da sociedade se transformam, para representar esses valores através da criação de novas normas para organizar a vida social. Exercem contrapoder, através de um processo de comunicação autónomo, livre do controlo

---

<sup>1</sup> Sobre este assunto ver Touraine onde sustenta que, uma condição da democracia é que os governados queiram escolher os seus governantes, queiram participar na vida democrática, se sintam cidadãos, o que pressupõe uma consciência de pertença à sociedade política que depende, por seu turno, da integração política do país. Se as desigualdades sociais são tão grandes que os habitantes não têm o sentimento do bem comum, a democracia não tem fundamento. Para que ela seja forte é necessário que haja igualdade de condições e uma consciência nacionalista (Touraine, 1992: 391).

daqueles que detêm o poder institucional. Porque os meios de comunicação de massa são bastante controlados pelos governos e pelas empresas de *media*” (Castells, 2013:27).

Pela construção de uma comunidade livre, “os movimentos sociais criam um espaço público, de deliberação, político, para ensaio da soberania, híbrido entre as redes sociais da internet e a ocupação do espaço público, onde a autonomia da comunicação é essencial”(Castells, 2013:29). Esta posição argumentativa de Castells levanta uma série de questões sobre a razão e prognóstico dos movimentos sociais, como se enunciam: De onde vêm os movimentos sociais? E como se formam? A sua gênese está na injustiça fundamental de todas as sociedades, implacavelmente confrontadas pelas aspirações humanas de justiça: Em cada contexto específico, os mensageiros do apocalipse vêm junto, sob uma variedade de forma: exploração econômica, pobreza, desigualdades, política não democrática, estados repressivos, justiça desigual, racismo, xenofobia, negação cultural, censura, brutalidade policial, belicismo, fanatismo religioso ( muitas contra outras crenças religiosas), indiferença para com o planeta azul, desrespeito da liberdade pessoal, violação da privacidade, gerontocracia, intolerância, sexismo, homofobia e outras atrocidades na longa galeria de retratos das monstruosidades que fazemos (Castells, 2013: 29).

Já na perspectiva de Mario Diani, “movimento social é um processo (uma dinâmica específica) através do qual diversos atores – entenda-se indivíduos, grupos informais e organizações – constroem, através da ação e da comunicação, uma auto definição, a facção que está do mesmo lado num conflito social, produzindo significados em redes de interação informal entre uma pluralidade de atores (indivíduos, grupos e/ou organizações) que, tendo como base uma identidade coletiva partilhada (crenças e orientações), se envolvem em conflitos culturais e/ou políticos” (Mario Diani 1992, *apud* Martins 2001, p. 31)

Neste debate Touraine, prefere usar a designação de movimentos societais, como sendo aqueles que “combinam um conflito social com um projeto cultural, e que defendem um modo diferente de uso dos valores morais. Portanto, baseiam-se na consciência de um conflito com um adversário social “(Touraine, 2003, *apud* Goss & Prudencio 2004, p. 79). O autor distingue os movimentos societais dos movimentos culturais — ações voltadas para a afirmação de direitos culturais mais que no conflito com o adversário —

e dos movimentos históricos — que põem em questão uma elite e apelam ao povo contra o Estado (Goss & Prudencio, 2004:79).

Neste debate, levanta-se a problemática da existência dos novos movimentos sociais criados sobretudo a partir da década 60, são novos, porque abandonaram os processos operários na sua luta pela mudança da sociedade. Traduzem-se a passagem da sociedade industrial à sociedade pós-industrial e a passagem das lutas laborais às lutas sociais e culturais (Fernandes, 1998:113). Os novos movimentos sociais na perspectiva de Tourine “tentam através do que julgam ser a unidade das lutas sociais insurgir-se contra a política liberal associada à globalização na sua pior feição, visam fazer reconhecer direitos culturais”. (Tourine 1999, *apud* por Martins 2001, p. 36)

Foi nestas entranhas que as novas formas de participação emergiram no mundo atual, caracterizado pelo uso das novas formas de ação social para a concretização do ideal de democracia. Nesta ótica podemos consignar as manifestações e protestos ocorridos desde a Primavera Árabe até a Europa e América, como sustentáculo desta afirmação.

Assim a tônica característica nesta onda de protestos é o papel das redes de jovens caracterizadas pelas suas ligações transnacionais, utilização da Internet como uma ferramenta de mobilização e combinação de exigências materiais e políticas com base na identidade, particularmente o estabelecimento de novas formas de organização, com especial ênfase em modos de liderança e representação horizontais, diretos ou difusos – os chamados “novos novos” movimentos sociais (Alberich Nistal, 2012; Feixa et al., 2009; fonseca, 2012, *apud* Accornero e Pinto 2015, p. 395 ).

Na perspectiva de Lima e Articles (2014), a agenda de mobilizações de protestos centraram-se em duas reivindicações principais: a justiça social contra as desigualdades crescentes e a democracia real na ótica da maior participação cidadã em contextos deliberativos. Por outro lado, também chamaram atenção para os modos alternativos de organização e ação, flexível e horizontal; para a importância das redes sociais e do uso das tecnologias de informação potenciando a mobilização; e para a forte participação dos jovens na sua organização, em particular dos jovens com níveis de educação elevados (Della Porta e Diani, 2006; Della Porta, 2012; Castells, 2012; Fominaya e Cox, 2013, Toussaint, 2012, *apud* Lima e Artilles 2014, p. 139).

Portanto, as tentativas de sínteses nesta área sobre os movimentos sociais (ver Della Porta e Diani, 1998; Neveu, 1996; Martins, 2001; Klandermans e Roggeband, 2007; citados por Pereira, 2009) têm sugerido a existência de quatro grandes perspectivas analíticas. Em primeiro lugar, a **perspetiva do comportamento coletivo**, que vê o seu início nos trabalhos de Neil Smelser, considerando a ação coletiva como resultado colateral das rápidas mudanças sociais, estando desta forma associada à ideia de crise. Em segundo lugar, surge a **teoria da mobilização de recursos**, inspirada em trabalhos da ciência política, que discute o papel focal das organizações de movimentos sociais e das redes formais e informais que facilitam a comunicação e coordenação entre grupos, salientando a existência de condições concretas que facilitam a emergência da ação coletiva. Em terceiro lugar, a **escola do processo político**, das oportunidades políticas ou do contexto político, que tal como a anterior é de origem americana, e pretende discutir as condições racionais de emergência da contestação, releva o modo como as instituições políticas formais ou determinados alinhamentos mais informais de atores relevantes condicionam a potencialidade de grupos mais despojados efetivamente desafiarem a ordem existente, explorando assim momentos de abertura do sistema político (Pereira, 2009: 6). Finalmente, surgem as **teorias dos novos movimentos sociais**, que surgiram na Europa em meados dos anos '60, focando a emergência de novas arenas de conflito, relevando o declínio do conflito central entre as classes da sociedade industrial (o patronato e o proletariado) e a proliferação e diversificação de novos movimentos, ligados a outras categorias sociais de cariz mais identitário (Touraine, 1978, Wieviorka, 1991; Melucci, 2001; Eder, 1993, Laraña e Gusfield, 1994, citados por Pereira 2009, p. 7).

### **1.3 O contexto dos movimentos sociais em África**

África tem sido marcada por uma realidade social na qual predominam as desigualdades sociais e a falta de oportunidades, em que o Estado nem sempre tem a capacidade ou a vontade de atender às expectativas dos seus cidadãos. Neste contexto, os movimentos sociais passam a ter importância cada vez mais destacada. Em todas as regiões do continente é possível pontuar a importância crescente da mobilização civil: desde as “revoltas do pão” ocorridas em Moçambique em 2010, passando pela imolação de Mohamed Bouazizi na Tunísia em 2011- ponto chave da Primavera Árabe- e pelo “movimento 23 de Junho” que mobilizou a juventude no Senegal contra as medidas

discricionárias do então presidente Abdoulaye Wade.<sup>2</sup> Neste contexto, para a presente pesquisa a nossa análise cingir-se-á com forte incidência no Magrebe, “os levantes populares no Norte de África e Oriente Médio, batizados de Primavera Árabe, que pode ser definida como um conjunto de revoltas populares, espontâneas, seculares, pacíficas e urbanas nos países do Norte da África e Oriente Médio” (Filho, 2013: 20). “Um movimento social sem líderes formais, o que não quer dizer que os membros de partidos políticos, grupos religiosos e sindicais não tenham se envolvido ativamente aos protestos (Howard e Hussain, 2012; Al-Azm, 2011 *apud* Filho 2013, p. 22), sacodem uma região desabituada à estabilidade interna e geopolítica” (Filho, 2013: 20). Tudo começou na Tunísia numa pequena cidade de Sidi Bouzid, onde a figura de Mohamed Bouazizi, ficará sempre gravado na história como um dos que mudou o destino do mundo árabe (Castells, 2013: 39). Daí os protestos se espalharam rapidamente pela Tunísia e milhares de pessoas tomaram as ruas, que em 4 semanas os manifestantes derrubaram o presidente Bem Ali, este fugindo com a sua família para a Arábia Saudita. Este êxito tunisino fez com que a revolta se alastrasse para 19 países do Norte da África e Médio Oriente (Filho 2013: 21). “Ainda assim os manifestantes ficaram encorajados em pressionar o afastamento de todo pessoal de comando do regime, exigindo liberdade política, liberdade de imprensa, e clamando por eleições verdadeiramente democrática, sob uma nova lei eleitoral” (Castells, 2013: 39).

Como não cabe aqui nesta investigação explorar a temática da Primavera Árabe, os nossos argumentos centram-se nas características dos movimentos, bem como os assuntos debatidos, prospetando assim, o modo de participação e ativismo em África, com o paradigma da Tunísia.

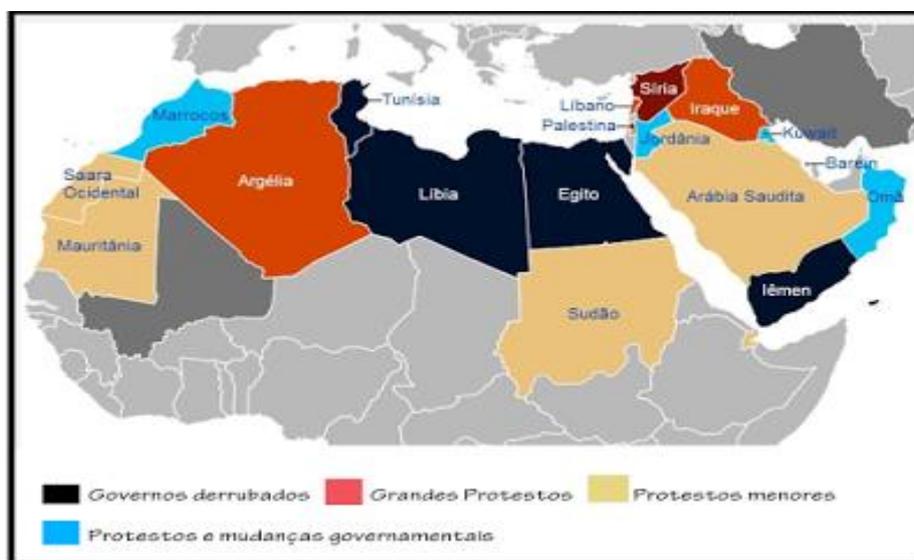
Tal que durante as manifestações na Tunísia, “filmaram-se e divulgaram-se vídeos dos debates na internet, debateram tudo- rejeitando um governo autocrático, apelando à democracia verdadeira, pedindo um novo regime eleitoral defendendo o direito da região contra o centralismo- mas também reclamando empregos, já que uma boa proporção dos manifestantes estava desempregada e queria uma educação melhor” (Castells, 2013: 40-41).

---

<sup>2</sup> Sobre este assunto ver: I Conferência Internacional “Ativismo em África”, realizada no ISCTE, entre 11 a 13 de Janeiro de 2017.

Nesta senda, os manifestantes eram jovens recém formados com falta de oportunidades, neste caso, as redes sociais online constitui um terreno fértil para o eclodir da revolta, ignorando os partidos políticos da oposição, protestando contra condições económicas, sociais e políticas opressivas, como o desemprego, preços elevados, desigualdades, pobreza, brutalidade policial, falta de democracia, censura e corrupção, enquanto forma de vida generalizada no país; estes protestos iniciados por indivíduos jovens usando as redes sociais online (internet) e as redes sociais na vida das pessoas que o protesto se forjou (Castells, 2013: 28-43).

**Figura 1.1 – O mundo da Primavera Árabe**



Fonte: Jornal Estadão: <http://topicos.estadao.com.br/primavera-arabe>

A figura 1.1 aponta o âmbito de ocorrência da Primavera Árabe, onde podemos encontrar governos derrubados, grandes protestos e os menores, bem como protestos que surtiram os seus efeitos nas mudanças de governo e regimes políticos, protagonizados pelos movimentos sociais.

Portanto no rescaldo da Primavera Árabe e à luz da figura 1.1 acima, a Líbia e Iemen e o Egito também conseguiram derrubar seus ditadores, a Síria sai arrastada para uma guerra civil com pelo menos 90 mil mortos, a Jordânia e Marrocos conquistaram modestas aberturas políticas (Filho, 2013: 21).

## CAPÍTULO II - O ATIVISMO POLÍTICO EM ANGOLA

### 2.1 Uma resenha contextual

A relação intrínseca entre cidadania e democracia, donde advém as designações de cidadão e política, explica-se pelo facto de não ser possível a existência de política sem participação do cidadão, sendo que este é, ao mesmo tempo, o objeto e sujeito da política (Pestana, 2004:22).

Milhazes (2013), sustenta que podemos considerar o prenúncio do ativismo político angolano com o eclodir do 27 de Maio de 1977, onde houve manifestações em Luanda a favor de Nito Alves, então Ministro da Administração Interna e membro do Comité Central do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), o partido no poder. As manifestações foram reprimidas por militares angolanos e cubanos.

“A seguir, Nito Alves e os seus apoiantes foram perseguidos. Agostinho Neto, o primeiro presidente de Angola – também do MPLA –, classificou o grupo como "fracionistas" e as manifestações como uma tentativa de golpe de Estado. Dezenas de milhares de angolanos foram torturados pela polícia política angolana. Não se sabe, quantos foram assassinados sem julgamento, com o liquidar os opositores dentro do partido encabeçado por Agostinho Neto, arrasando uma camada de jovens e uma camada da população que estava a aprender a gerir um país e que foi decapitada, sobrando os medíocres e os corruptos que estavam no poder”<sup>3</sup>.

Desde esse período de 1977, Angola adotou o regime comunista com a fundação do MPLA – PT (Movimento Popular para Libertação de Angola – Partido do Trabalho), mergulhando numa intensa guerra civil, com fortes restrições dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

Na década de 1980 intensificou-se a guerra, gerando uma crise na economia, pela incapacidade do regime extremamente centralizado de encontrar soluções alternativas. A conjugação desses fatores, com o declínio da União Soviética, impulsionou o governo angolano a partir de 1988 a enveredar por negociações para os acordos de paz que

---

<sup>3</sup> Sobre este assunto ver: José Milhazes (2013) na sua obra «Golpe Nito Alves» e outros momentos da história de Angola vistos do Kremlin, disponível em <http://dw.com/p/18cXl>.

envolveriam não só a UNITA como a África do Sul e os governos Português e Norte – Americano (Marques, 2012).

Nesta ótica, o exercício efetivo da democracia multipartidária começa sensivelmente em 1990, com a renúncia formal da ideologia marxista -leninista pelo Partido-Estado (MPLA). Com esta reforma política e ideológica propiciou-se a aprovação de uma nova Lei de revisão constitucional (Lei nº12/91), servindo de base para os acordos de Bicesse<sup>4</sup>. Com a revisão Constitucional surgiram as Leis das Associações, dos Partidos Políticos, das Manifestações (Hodges 2002: 83) fazendo *jus* a proclamação de um Estado democrático e de direito, mergulhando novamente numa guerra civil entre as forças militares do MPLA e UNITA (Guebe, 2009: 3), que viria a terminar com a assinatura dos acordos de paz a 04 de Abril de 2002

Com o fim do conflito armado, em 2002, vai se cristalizando, principalmente entre os jovens, importantes reflexões sobre as condições socioeconómicas, exercício do poder político ou até mesmo a redistribuição de recursos, proporcionando um novo cenário de atuação no campo da participação e da construção da opinião pública (Sousa, 2014: 6).

E no dizer de Rafael Marques<sup>5</sup>, “em 2011, tratou-se da juventude a inspirar-se em métodos pacíficos de fazer a revolução e de tentar mudar o curso da história nos seus países de forma pacífica, por ser uma geração que tem uma fraca memória do que foi a guerra. É uma geração que tem maiores exigências em termos de educação, em termos de emprego e em termos de melhoria das condições de vida, não só ao nível pessoal como ao nível da própria sociedade. Sentem que chegou a sua altura de fazerem algo pelo país. E essa altura começa precisamente por lutarem pela mudança das práticas do atual regime, que estão encapsuladas na figura do Presidente da República que detém o poder absoluto em Angola”<sup>6</sup>.

Foi neste contexto que emergiram as várias formas de ativismo em Angola fundadas nos protestos e manifestações, face a crescente injustiça e o aumento das desigualdades sociais entre a população e as elites políticas no país.

---

<sup>4</sup> Acordos de cessar-fogo assinados à 31 de Maio de 1991 entre o MPLA e a UNITA, sob mediação do Governo de Portugal, na localidade de Bicesse-Portugal, servindo de bases sólidas para a realização das primeiras eleições multipartidárias em Angola em 1992.

<sup>5</sup> Jornalista e ativista político angolano

<sup>6</sup> Entrevista de Rafael Marques concedida a Deutsche Welle em 04.07.2014.

## 2.2 Formas de participação e motivação dos ativistas em Angola

O contexto angolano está mergulhado nas tensões que envolvem entre a insatisfação da sociedade civil e a forma como os governantes atuam para a materialização das necessidades mais prementes que afligem a sociedade em geral. Tal que, o rol de protestos e manifestações eclodiram fruto das seguintes razões: “a pobreza endêmica e a incapacidade de garantir vida digna a uma maioria dos seus concidadãos, a corrupção política, o silenciamento da sociedade civil e os ataques à liberdade de expressão, o "apagamento" de histórias de violência contra a oposição política, as desigualdades perante a lei e a incapacidade de respeitar a própria Constituição" (Nuno Dala<sup>7</sup>, citado por Blanes 2016, p. 3)<sup>8</sup>.

Nesta perspetiva Coque Mukuta e Claudio Fortuna, na sua obra *Os Meandros das Manifestações em Angola* (2011, citados por Blanes, 2016: 2), referem o 7 de Março de 2011 como momento fundador: o momento em que um grupo de jovens, inspirado na Primavera Árabe viu a sua tentativa de manifestação pacífica em prol da destituição do presidente José Eduardo dos Santos no Largo 1º de Maio gorada pelas forças de segurança do regime (Blanes, 2016:2).

Fortuna e Mukuta, (2013), afirmam que a sua obra faz uma análise crítica do que é que consideram "estar mal" no país, o que é que os motivou à tal manifestação do 7 de Março de 2011. Segundo os autores sustentam que “da parte do regime angolano, emergiram várias sugestões: desde servir interesses estrangeiros até concluir um golpe de estado, alterar a ordem pública ou simplesmente "arruaçar" que de tudo os argumentos tendem a acalmar os ânimos dos defensores do regime e convencer a opinião pública sobre a ação dos manifestantes.

Por assim dizer, a motivação dos ativistas para acorrerem às ruas presam-se com a insatisfação e a crítica contra o estado atual das coisas em Angola, um país que, após 40 anos de independência, e após 14 de paz e crescimento económico, continua a revelar problemas sistêmicos no que se refere à igualdade perante a justiça, distribuição de

---

<sup>7</sup> Ativista político angolano, um dos presos 15+2.

<sup>8</sup> Sobre este assunto ver também Albuquerque, Carlos (2002), *Angola – A cultura do medo*, Lisboa, Edição Livros do Brasil; Maria, Adolfo (2015), *Angola, contributos à reflexão*, Lisboa, Edições Calibri

riqueza, liberdade de expressão, direitos humanos, fome, a insegurança, a incerteza, a injustiça e a violência continuam a fazer parte do quotidiano da maioria de angolanos.

Destas motivações dos ativistas e da sociedade em geral, podemos consignar que as formas mais usuais de participação em Angola, para além do voto como forma clássica, são as manifestações/protestos e o ativismo digital.

Tal é assim que no dia 7 de março de 2011, houve uma tentativa de manifestação antigovernamental na Praça da Independência, em Luanda, convocada anonimamente por um desconhecido Movimento Revolucionário do Povo Lutador de Angola (MR) e assinada com o pseudónimo Agostinho Jonas Roberto dos Santos. A Polícia Nacional (PN) deteve 12 cidadãos, incluindo o rapper Luaty Beirão, a jornalista Ana Margoso, do Novo Jornal. Sucederam-se outras manifestações e protestos por exemplo a de 22 de Abril, 3 de Setembro, 3 de Dezembro, mas estas reprimidas com o desdobramento de fortes dispositivos policiais, forças de segurança e milícias pró-governamentais, dispersando violentamente manifestações contra o presidente José Eduardo dos Santos, forçando o cancelamento de algumas manifestações previstas para estes dias, entre Luanda, Bengo e Huíla<sup>9</sup>.

Face a repreensão que se verifica na participação e ativismo político de forma tradicional em Angola, e dada a crescente injustiça face a violação dos direitos constitucionais consagrados (artigo 47º), optou-se por outras formas de participação que pudesse abranger todas as franjas durante o processo de mobilização, como é o caso das redes sociais online, que no dizer de Castells (2013), os movimentos sociais online são espontâneos na sua origem, habitualmente despoletados por uma centelha de indignação, seja relacionada com um evento específico ou com um pico de desgosto com as ações dos governantes.

É nesta senda da indignação que a participação pelas redes sociais online eclodiram em Angola, justificados na opressão e a forte politização das instituições públicas como sustenta Buhlungu (2003), mesmo sob um regime fechado há sempre espaço para que os oprimidos participem, de alguma forma, em questões respeitantes a aspetos que afetem as suas vidas. A politização de todos os domínios da vida social criava também espaços

---

<sup>9</sup> Sobre este assunto ver o Site Maka Angola disponível em: (<http://www.esquerda.net>) 27 de Dezembro, 2013 - 15:56h  
Ver também Quadro B (em anexo) sobre a evolução das manifestações em Angola.

de resistência política, não necessariamente explícita, cuja principal estratégia consistia em evitar situações públicas em que houvesse a necessidade de manifestar lealdade ao regime.

Esta forma de participação propicia a que os ativistas possam de forma destemida emitir suas opiniões sobre o real funcionamento do sistema político, questões de justiça social, redistribuição de rendimentos entre outros assuntos pertencentes a sua arena sócio-política, como sustentam as palavras abaixo:

A partir da incorporação da Internet, os ativistas expandem suas atividades tradicionais e/ou desenvolvem outras. A utilização da rede por parte desses grupos visa, dentre outras coisas, poder difundir informações e reivindicações sem mediação, com o objetivo de buscar apoio e mobilização para uma causa; criar espaços de discussão e troca de informação; organizar e mobilizar indivíduos para ações e protestos on-line e off-line (Regitano, 2003, citado por Villela, 2012).

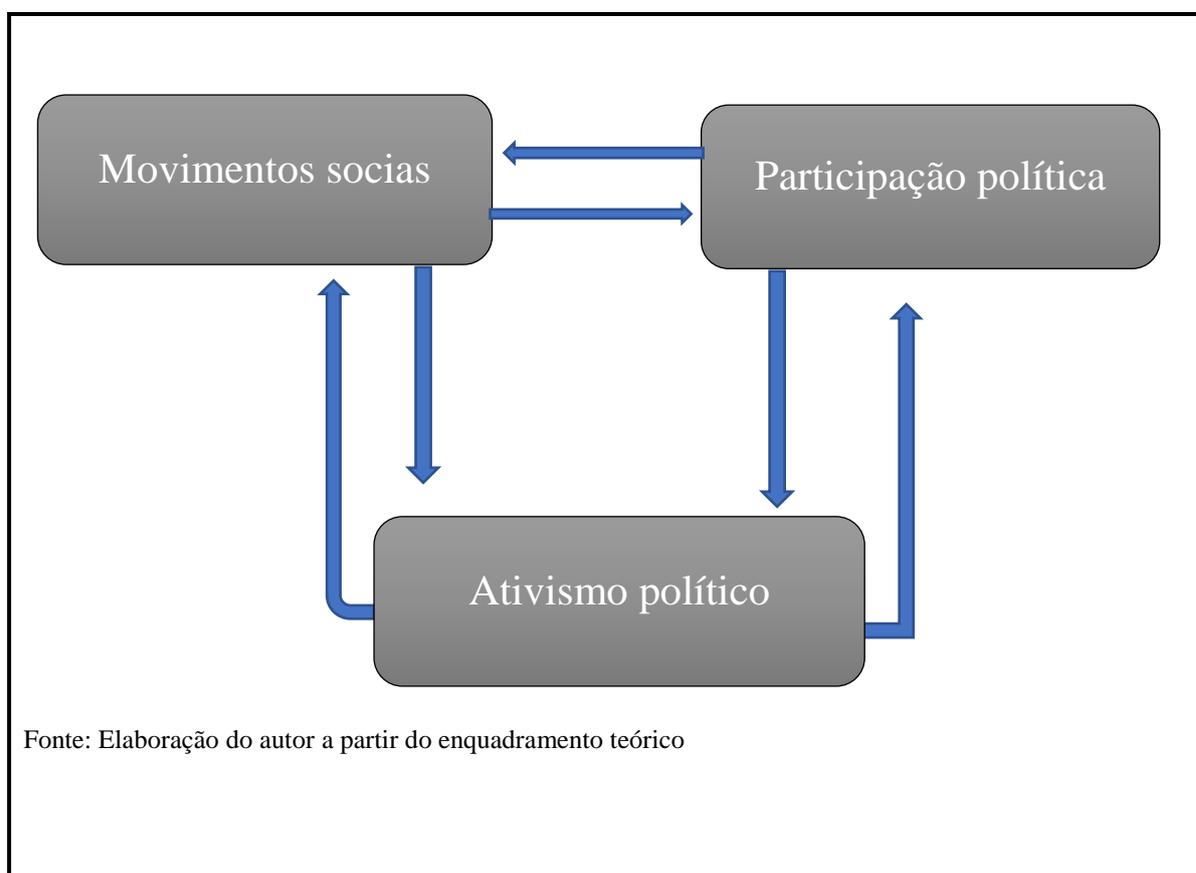
É neste contexto que desenrolam as manifestações e protestos como forma de participação e ativismo neste país, em que a internet fornece, em princípio, um canal de comunicação horizontal, não controlado e relativamente barato, tanto de um-para-um quanto de um-para-muitos, uma vez que o uso desse canal por políticos ainda é limitado. Há, contudo, um uso crescente da Internet por jornalistas rebeldes, ativistas políticos e pessoas de todo tipo como um canal para difundir informação e rumores políticos (Castells, 2004).

## CAPÍTULO III – DESENHO DA PESQUISA

### 3.1 Modelo Análise

É ponto assente que podemos encontrar na literatura a articulação entre os conceitos de movimentos sociais, participação e ativismo político, como formas de ação coletiva nas suas diversas formas. Por esta razão achamos pertinente que esta perceção conceptual, tenha reflexo no ideal tipo de democracia participativa.

**Figura 3.1 – Articulação entre os conceitos centrais da pesquisa**



As discussões desta temática desde cedo levanta o facto de que a participação é encarada como um “processo de maturidade democrática, na dimensão não só do sistema político, mas também do social e do cultural (Tourane, 1985; Melucci, 2001, citados por Guerra, 2006), uma vez que a participação em grupos aumenta a sensibilidade e aceitação do processo democrático” (Guerra, 2006).

Esta tarefa de participação pode ser levada a cabo pelos movimentos sociais, uma vez que estes na conceção de Castells (2013: 27), “através da história são os produtores de novos valores e novos objetivos em volta dos quais as instituições da sociedade se transformam, para representar esses valores através da criação de novas normas para organizar a vida social”.

Este ato revela um sentido da verdadeira construção de cidadania “pela participação direta e indireta dos cidadãos, enquanto sujeitos políticos, não apenas para a solução de seus problemas sentidos, sem espaços públicos onde as decisões coletivas possam ser cumpridas, mas também para um processo de radicalização democrática, através do desempenho instituinte, transformador da própria ordem na qual operam” (Baierle, 2000, citado por Hamel, 2009: 4).

Giddens (2005), também afirma a importância desses estudos. Segundo o autor, os movimentos sociais estão entre as mais poderosas formas de ação coletiva. Os recursos sociais, culturais, experiências acumuladas, conjunturas históricas e como se articulam esses ingredientes são alguns dos fatores que podem influenciar o ativismo político.

Portanto, a participação política articula-se com os movimentos sociais, na medida em que, estes servem de mecanismos impulsionadores para que os cidadãos possam exercer seus direitos sociais, na perspectiva de se proporcionar mudanças significativas na sociedade em que estão inseridos. “É este o forte papel do ativismo político nos dias de hoje, protagonizado por jovens e em muitos casos estudantes do ensino superior” (Castells, 2013; Estanque e Bebian, 2007), que tem dado passos significativos no exercício pleno da democracia, para além da forma tradicional, o voto. É nesta base que se pode conceber a articulação entre os conceitos centrais, para a presente pesquisa, no sentido de medir o grau e a capacidade de participação e ativismo político, protagonizados pelos os movimentos sociais.

### **3.2 Método de Recolha da Informação**

A presente investigação, para a sua concretização, privilegiou os procedimentos metodológicos de análise qualitativa (entrevista) que “permite ao investigador retirar informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados, caracterizada por um contacto direto entre o entrevistado e os interlocutores e por uma fraca diretividade por parte daquele” (Quivy e Campenhout, 2008: 192). Neste, entretanto, utilizamos para a

recolha da informação, a entrevista semi – diretiva, aos estudantes angolanos do ensino superior, residentes em Portugal.

E desta feita, para o tratamento da informação, recorreu-se à análise de conteúdo, por meio dos dados dos entrevistados, sintetizados numa gralha de análise (ver quadro A1 em anexo), com as ideias principais das questões formuladas.

A opção por este método para a recolha da informação (entrevista), radica do facto de permitir maior profundidade do assunto em causa, com a possibilidade de nalguns casos refazer as perguntas, no ato da recolha de informação, pelo facto de desenrolar num contexto de interação entre o investigador e o entrevistado, e com maior possibilidade de aplicar a todas as franjas que o estudo pode ser desenvolvido, embora em contextos diferentes. Assim, para concretizar tal fato, as entrevistas obedecem as dimensões de análise a serem exploradas e aprofundadas, nomeadamente: caracterização dos entrevistados, socialização política, motivação da participação e ativismo, modos de participação e ativismo e o futuro da participação e ativismo em Angola, distribuídos em várias questões, conforme o guião de entrevista (ver anexo D).

É claro que tal estudo contempla algumas limitações em seus procedimentos, “é um erro acreditar que os métodos não diretivos dão maior liberdade ao entrevistador. As regras são, para estes, muito rigorosas. Em contrapartida, estes métodos recorrem fortemente à opinião do entrevistador, pelo que os riscos de erro são, por isso, maiores do que nos métodos mais diretivos.” (Ghiglione e Matalon, 1997: 63).

Neste caso, dada as limitações que este método contempla, ao optarmos nele, os riscos são eminentes, razão pela qual a rigorosidade e a eficácia na sua aplicação por parte do investigador, deve ser a tónica dominante na utilização deste procedimento metodológico.

É neste contexto que decorreu a recolha de informação, por meio da entrevista semi - diretiva que na perspectiva de Quivy e Campenhoudt, (2008, P. 192) ou “semi dirigida no sentido de que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas. Geralmente o investigador dispõe de uma série de perguntas – guias, relativamente abertas”.

A opção pelo método de recolha de informação, entrevista semi – diretiva, justifica-se ao facto de existir um perfeito casamento com os objetivos da presente pesquisa; aprofundar e determinar a participação e o ativismo político, realizado pelos estudantes angolanos do

ensino superior, afim de medir o grau e autonomia destes, face às várias situações a que estão submetidas para tal ato de participação política.

Neste particular, dada a investigação a que nos submetemos e apoiando-nos em Ghiglione e Matalon, (1997: 85), a presente entrevista apoia-se em quatro tipos de utilização: “controlo, verificação, aprofundamento e exploração” em que por um lado das bases constituídas, e por outro lado o que buscamos e gostaríamos de conhecer com a impregnação do estudo.

Por assim dizer, o que se propõe nesta investigação é buscar o equilíbrio entre, os referentes teóricos que sustentam a participação e ativismo, e a visão dos atores sociais (entrevistados), no sentido de conferir maior profundidade ao assunto a analisar, pelo que neste caso, julgamos conveniente a opção por este procedimento metodológico por se adequar aos objetivos da presente pesquisa.

### **3.3 Técnica de tratamento da informação**

Noutro prisma, e como dissemos acima, a técnica utilizada para o tratamento da informação recolhida por meio de entrevistas semi – diretivas, é a análise de conteúdo que “incide sobre mensagens tão variadas como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, atas de reuniões ou relatórios de entrevistas pouco diretivas, integrando-se em qualquer dos grandes tipos de procedimentos lógicos de investigação e servir igualmente os diferentes níveis de investigação empírica, nomeadamente a análise extensiva e intensiva” (Quivy e Campenhoudt, 2008: 226; Silva e Pinto, 2014: 104).

Assim na investigação social, o lugar ocupado pela análise de conteúdo é cada vez maior, uma vez que “oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade, como por exemplo os relatórios de entrevistas pouco diretivas” (Quivy e Campenhoudt, 2008: 227).

Ainda na perspetiva de Quivy e Campenhoudt (2008: 227) “a análise de conteúdo reflete-se tanto nos métodos quantitativos” (são extensivos que procedem a análise de um grande número de informações) “quanto qualitativos” (são intensivos cujo raio de atuação incide sobre a análise de um pequeno número de informações complexas e pormenorizada).

Para a presente pesquisa, utilizamos a incidência qualitativa desta técnica, no sentido de conferir maior profundidade na análise dos dados recolhidos, afastando deste modo os métodos extensivos no tratamento da informação uma vez que trata-se de um número reduzido de informações.

Assim na sequência da utilização desta técnica, e apoiando-nos em Quivy e Campenhoudt (2008: 228), procedemos também a análise temáticas onde se procura revelar as representações sociais ou os juízos dos locutores em forma de categoria e avaliação. Recorreu-se também em análises formais que incidem sobre as formas e encadeamento do discurso por meio da análise da expressão e da enunciação. Finalmente não deixamos de nos apoiar em análises estruturais que procuraram revelar aspetos subjacentes e implícitos da mensagem por meio da análise de coocorrência e estrutural propriamente dita.

Portanto é este o contexto que vai decorrer a presente pesquisa, uma vez que a técnica enunciada (análise de conteúdo e suas variantes) se adequam por inteiro ao método de recolha de informação que é a entrevista semi – diretiva, daí a sua utilização nesta investigação.

### **3.4 Seleção dos entrevistados**

A presente investigação tem como unidade de análise os estudantes angolanos do ensino superior residentes em Portugal, nomeadamente em Lisboa. E tendo em conta o universo escolhido, seleccionou-se um painel composto por 20 estudantes, na condição de angolanos, a frequentar o ensino superior em Lisboa/Portugal. Do painel previsto possibilitou-nos entrevistar 18 deles, faltando 2 por razões de desencontros e desvios de conversas, face a temática a ser abordada.

A opção pelos estudantes do ensino superior, justifica-se pelo facto de estes possuírem uma capacidade crítica e responsabilidade de transformação social, como sustenta Martins (2003), “os estudantes universitários para além de estarem pela ação coletiva para criarem mudanças sociais, não têm atitudes imobilistas ou passivas face a uma participação mais individualizada, uma vez que estão no ensino superior isso confere-lhes, para além dos recursos escolares mais diretos, redes de sociabilidade e uma formação numa área científica, criadora também ela de valores e de atitudes face a ação coletiva e individual”.

A seleção obedeceu, para além do nível académico, a proveniência dos entrevistados nas várias regiões do país (Angola) no sentido de conferir maior heterogeneidade a pesquisa e não confinar o estudo às pessoas pertencentes a uma única parcela territorial do país (ver quadro e gráfico C5, em anexo). Ainda na mesma vertente, a seleção teve também como critério, estudantes vinculados à diversas universidades e instituições de ensino superior (ver quadro C4, em anexo) situadas em Lisboa, com o nobre objetivo de conferir maior abrangência da pesquisa e não confiná-la a uma única universidade ou instituição de ensino superior.

Por outro lado, pretendeu-se na presente pesquisa o equilíbrio entre o género, mas dada as dificuldades de contactos com pessoas do género feminino (por razões de minoria, e questões de desinteresse à temática a ser abordada), tivemos um ligeiro desequilíbrio, mas que de todo não em grande proporção no sentido de comprometer a presente pesquisa, conforme gráfico e quadro C3, em anexo.

Portanto, as entrevistas decorreram em espaços combinados com os entrevistados, algumas com dificuldades na sua realização *ab initio*, mas que posteriormente foram sanadas, no sentido de dar cumprimento ao guião de entrevista (ver anexo D), semi - diretiva, para o cumprimento dos objetivos da investigação.

## **CAPÍTULO IV - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

A análise e interpretação dos dados obedece as dimensões que orientaram as entrevistas, na perseguição dos objetivos da presente pesquisa, como se enunciam: caracterização dos entrevistados, socialização política, motivação da participação e ativismo, modos de participação e ativismo e o futuro da participação e ativismo em Angola, conforme o guião de entrevista (ver anexo D). Sendo assim, descreveremos em seguida esses indicadores.

### **4.1 Caracterização do painel de entrevistados**

A presente pesquisa, conta com um número de dezoito (18) entrevistas, conforme a ordem do guião, situando-se os indivíduos numa faixa etária entre os 19 e os 32 anos (ver quadro e gráfico C1, em anexo), com uma média de 26,39 de idade, mostrando que a recolha de dados, privilegiou a camada juvenil angolana residente em Lisboa/Portugal. No que diz respeito ao género identificou-se uma minoria relativa do género feminino, com um número de oito (8), em relação ao masculino que conta com 10 entrevistados (ver quadro e gráfico C3, em anexo). Quanto a proveniência dos entrevistados, procurou-se abranger ao máximo, indivíduos pertencentes às várias regiões de Angola (ver quadro e gráfico C5, em anexo), no sentido de dar maior representatividade territorial, face a questão em estudo, afim de não confinar o painel aos indivíduos pertencentes a uma única cidade de Angola. No que toca a profissão, identificou-se que oito dos entrevistados exercem a profissão docente nas províncias de origem, sendo que outros dedicam-se pura e simplesmente a função estudantil. Quanto as habilitações literárias, os entrevistados situam-se entre os graus de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento (ver quadro e gráfico C2, em anexo), das várias instituições do Ensino Superior de Lisboa, nomeadamente o ISCTE, ESS, ISEL, Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia de Lisboa (ULHT), Universidade de Lisboa (Faculdade de Direito, IGOT, ISEG e o ISCSP), distribuídos em diferentes cursos, das instituições ora mencionadas (ver quadro e gráfico C4, em anexo) . Por esta razão o nosso estudo cingiu-se apenas aos diferentes estudantes angolanos, neste nível, residentes em Lisboa.

Assim em consonância a esses pressupostos, as características apresentadas por este painel, se enquadram no geral, naquilo que é objeto do presente trabalho, uma vez que estes estudantes estão engajados na procura de formação profissional de excelência, no país de destino.

Portanto, estamos diante de pessoas cuja responsabilidade acadêmica e profissional os pode remeter para ações de transformação e mudança nos seus contextos de origem.

Em seguida, faremos a exposição das entrevistas nas várias dimensões analisadas, tendo como reflexo a grelha de análise (ver quadro A1, em anexo) que constitui a síntese das principais ideias dos entrevistados.

#### **4.2 Socialização Política**

Nesta dimensão de análise pretendeu-se compreender o contexto, ou seja, o ambiente de politização familiar, no seio de amigos e colegas do entrevistado, desde as discussões de natureza política bem como a envolvimento destes em organizações de caráter político, medindo até que ponto pode influenciar suas atitudes políticas.

Desta feita a socialização política e à luz dos dados recolhidos, muitos entrevistados alegaram que os seus pais são do partido MPLA, ou têm ligação com partidos políticos, mas isso não determinou a sua filiação partidária, nalguns casos houve certa orientação dos pais para filhos. Na mesma questão houve pessoas alegaram que seus pais são apartidários por radicarem de uma família religiosa, muitos apesar de serem funcionários públicos, como se pode ver nas conversas abaixo:

Os meus pais são do MPLA, mas são liberais sem imposição de hábitos políticos (E 1).

Os meus pais não são partidários, por vir de uma família religiosa (E 2).

Os meus pais são sim do MPLA. Têm influenciado sim, dizem que quando atingir a maioridade tenho que entrar no JMPLA (E 9).

Por outro lado quanto as discussões de natureza política no seio familiar, de amigos e colegas, a maioria respondeu que no seio da família este tipo de conversa tem sido em menor escala, mas já no seio de amigos e colegas tem sido com maior intensidade, fundamentalmente na academia, mas isso de um modo geral não tem exercido nenhum grau de influência às atitudes e comportamentos políticos dos entrevistados dado que estes sustentam terem posições firmes face a realidade política do país, como se vê abaixo:

No seio de amigos temos várias vezes discussões de género principalmente na academia (E 2).

No círculo de amigos é visível alguma evidência política. Tenho amigos que militam no MPLA, UNITA e CASA-CE, mas mais inclinados nas dinâmicas da CASA-CE. Alguns envolvem-se por interesses, outros fazem porque gostam. Muitos prestam serviços importantes a JMPLA, CASA-CE e UNITA (E 3).

Tenho tido muitas discussões entre amigos e colegas, o curso tem sofrido muito com isso e temos evoluído muito neste ponto de vista. O que fazemos é uma contextualização do país e encontrar alternativas entre os amigos e colegas (E 7).

Entre amigos tem sido frequente, principalmente aqui na universidade (E 8).

No seio de amigos é sempre, as discussões políticas movem o nosso dia a dia, em todas as instituições isso não cessa. Os meus amigos e colegas são mais do partido maioritário (E 17).

Como podemos notar, maior parte dos entrevistados, têm tido esse tipo de discussões no leque de amigos e colegas, com o fundamento de trazer à tona a realidade quotidiana do país, tanto em círculos académicos quanto no fórum comum. Mas, tais debates e a orientação partidária dos seus próximos não tem exercido alguma influência político-partidária, na convicção dos entrevistados.

#### **4.3 Motivação da participação e ativismo**

Quanto a motivação para participação política e ativismo, pretendeu-se explorar, o que está na base, ou seja qual é o pano de fundo que inspira os indivíduos a participarem na vida pública, com realce ao grau de satisfação com o modo de vida, resposta do governo face aos problemas que se levantam (melhores condições de vida, justiça social, democracia real, distribuição de rendimentos, alternância no poder, educação de qualidade e confiança nas instituições públicas).

A este nível, a maioria dos entrevistados respondeu que o grau de satisfação é lastimável fruto das irregularidades que se constatarem na materialização dos programas gizados pelo governo, o que tem levado muitos a participarem na vida pública, como por exemplo em manifestações e protestos, em função do nível de vida precário no país, como podemos verificar nas expressões abaixo:

Sou pessimista. Modo de vida é lastimável. Até 2012 o país parou, o Estado não tem conseguido dar resposta aos problemas. Nas redes sociais vemos descontentamentos de âmbito social como a educação e saúde (E 1).

O poder institucionalizado e o partido não têm conseguido dar respostas as necessidades vitais dos jovens. Situação desconfortável, com a situação económica, a má governação, a má redistribuição dos recursos no país, a insatisfação social (E 2).

Isto é uma cadeia, é possível minimizar as desigualdades e assimetrias. Por exemplo o acesso a educação e saúde deve ser igual a todos, quando isso não existe começa a insatisfação que depois gera revolta, clama-se por educação, saúde, assimetria dos salários, e daí surge um grupo que se propõe a fazer manifestação (E 3).

Os angolanos levam uma vida desastrosa, tendo em conta o nível de recursos, não tem havido uma distribuição justa da riqueza, crescente é a forma como a elite evolui e vemos uma diferença entre essas elites e o restante da população. Por isso essas manifestações são as consequências e o impacto da má distribuição (E 7).

O grau de satisfação em Angola está abaixo da média. A questão económica e social mesmo a cultural são degradáveis. Porque a gente está farta. Tudo na vida tem um limite. (...) Existem pessoas de referência MCK, Luaty Beirão, Rafael Marques, tem feito um trabalho notório, foi um despertar o caso dos 15+2, do ativismo, da democracia, aquilo foi um bumm. O que eles lutam é que os direitos fundamentais sejam cumpridos, por exemplo o direito a educação, a saúde, porque a gente não pode viver numa extrema desigualdade, onde só existe o mais rico e o mais pobre (E 10).

A mim particularmente entristece-me. Temos um país com enormes potencialidades, mas com o nível social aquém dos recursos. Não poderíamos passar pelo que temos. (...) Nesta ótica, qualquer manifestação tem a sua razão de ser, quer ver o seu problema resolvido, pressionar quem está no poder, tem havido uma motivação, mas a cultura do medo tem afastado muita gente nesses casos. Por isso clama-se pelo equilíbrio da igualdade social (E 17).

Já estão fartos daquela situação. É a esperança que talvez um dia mude. Por exemplo o caso dos 15 +2, é mesmo o tempo que o presidente está no poder, a corrupção, a má gestão dos recursos económicos do país, muitos problemas mesmos (E 16).

Nesta vertente podemos consignar que na visão dos entrevistados, o grau de satisfação com o modo de vida é de todo baixo, fruto das privações à determinados serviços

essenciais básicos, como educação e saúde, a crescente desigualdade e assimetrias locais, a rotação no poder entre outros fatores, têm estado na base da participação e ativismo político em Angola. Alguns afirmam que é possível minimizar as desigualdades tanto de recurso quanto de oportunidades, em função das potencialidades que o país possui, outros atribuem essa insatisfação à má governação por parte dos dirigentes e constante crescimento das elites políticas que têm concentrado numa minoria as riquezas do Estado; outros ainda invocam a crescente violação dos direitos humanos e a falta de alternância no poder. Estes e outros fatores têm estado na base do elevado descontentamento da população, fundamentalmente juvenil, fruto das expectativas que se criam no ideário tipo de democracia que Angola adotou. Por esta razão e na visão dos entrevistados, as pessoas se manifestam e protestam contra esses males que se refletem diretamente no seu quotidiano.

Ainda na senda da dimensão sobre a motivação da participação e ativismo político em Angola, a questão ligada a confiança nas instituições públicas também esteve na base desta análise, onde maioria dos entrevistados afirma que a confiança nas instituições públicas é muito baixa, por observar uma série de burocracias, por o tempo de resolução ser demorado, por funcionarem sem autonomia e partidarizados, por haver o sentimento de impunidade nestas instituições, o mau atendimento que se tem recebido, tem alicerçado a onda de manifestações e protestos a fim de colmatar tais lacunas que de certo modo deviam ser consignadas como um direito inerente à vida pública do cidadão, como se pode ver abaixo:

Não confio nessas instituições, são muito fracas. O tempo de resolução de conflitos é muito demorado. O tempo de espera na saúde é muito demorado e não satisfaz (E 1).

Seria bom que as instituições cobrassem rendimentos e não presenças ou cores partidárias. Se todos pensarem como eu, os níveis de confiança serão muito baixos. As instituições devem admitir funcionários e não partidários (E 3).

Há falta de confiança nas instituições, há um sentimento de impunidade (E 6).

Confiança é muito débil. A desilusão é enorme, porque está tudo programado. Existem comissões ou aquilo que chamamos “mixa”. Se não fores conhecido não consegues resolver nada (E 10).

Dá impressão que os tribunais não detetam os desvios dos fundos públicos, mas os crimes de menor relevância são julgados, isso dá descrédito ao sistema judicial angolano (E 11).

As instituições perderam total credibilidade. É tanto funcionamento errado, que as pessoas não dão confiança nas instituições, aquilo que devia ser sério e sagrado, leva-se como banal. Um exemplo, por isso é que existe justiça por mãos próprias, porque as pessoas não acreditam nos tribunais (E 15).

Temos todos os poderes, mas não há independência institucional. Os juízes não são independentes. Por isso os cidadãos não confiam nas instituições. Os tribunais não são imparciais, principalmente no caso dos manifestantes. Há interferência do poder executivo nas decisões dos tribunais (E 16).

As instituições estão como estão. Por exemplo a imagem dos tribunais em Angola, é que só fazem justiça para os pobres. Os membros do MPLA não são julgados nem investigados quando cometem. As pessoas vão aos hospitais porque não têm opções. Não há humanização dos serviços de saúde (E 17).

Como podemos constatar a variável confiança nas instituições é um dos pressupostos que tem movido a insatisfação pública em Angola, a ver no manifesto dos entrevistados, que varia desde o tempo de espera para a solução dos problemas, a partidarização dos serviços públicos, a falta de oportunidades e acesso aos serviços de saúde, a falta de transparência por parte dos tribunais no julgamento dos casos da mesma natureza, a falta de imparcialidade derivada da não separação de poder de facto (pese embora de direito assim o seja), têm levado a constantes insatisfações o que despoleta as manifestações e protestos no país. Os entrevistados neste particular, alegam ser legítimo esse tipo de ação coletiva, uma vez que está em jogo direitos constitucionalmente consagrados, e dada a situação da crescente degradação do normal funcionamento das instituições públicas em Angola, nomeadamente, a saúde, educação, tribunais, administração local, ordem e segurança entre outras. No nosso entender e à luz dos entrevistados existem muitas razões que estão na base da falta de confiança nas instituições públicas o que tem levado a vários descontentamentos que resulta em manifestações no país, reduzindo-se em dois fundamentais: a falta de condições essenciais básicas e a crescente partidarização dos serviços públicos. A primeira variante, explica-se pelo facto de não existir qualidade de ensino tendo em conta os padrões universalmente previstos, uma vez que é um recurso não disponível para todo território nacional; liga-se a esse dado o débil Sistema Nacional de Saúde (SNS) com que as populações se debatem nomeadamente a falta de assistência médica e medicamentosa nos hospitais e nas famílias, causando mortes por inexistência

desses recursos primários de subsistência, o que tem gerado “revoltas”, no sentido de ver o quadro social alterado. A segunda variante vem à tona pelo facto de não se consignar de facto a separação de poderes, constitucionalmente consagrado, onde a indicação e ou nomeação de titulares de cargos públicos em todas as franjas (legislativa, executiva e judicial), passa necessariamente pelo partido no poder, o que tem condicionado a ação destes na atuação dos interesses da coletividade, materializando os ensejos da elite governativa.

#### **4.4 Modos de participação e ativismo**

No que toca aos modos de participação e ativismo, pretendemos buscar no seio da unidade de análise, os modos de exercício efetivo da democracia participativa, através das eleições, movimentos sociais, associativismo, partido político bem como outras formas de participação baseadas nas redes sociais online.

Por assim dizer, no que respeita a participação em eleições, as opiniões entre os entrevistados divergem, na medida em que muitos aferem que ainda não atingimos o nível desejado pelo facto de existir muitas abstenções, e outros que alegam a existência de uma participação ativa nos pleitos eleitorais realizados em Angola, como podemos ver:

Em eleições não atingimos o nível desejado. Tivemos muitas abstenções. Muitas pessoas acreditam pouco nos políticos (E 1).

(...)Muitos se abstêm da política, porque os jovens não acreditam nos partidos políticos. Senti a euforia do jovem angolano para votar pela 1ª vez, em 2008. A de 2017 haverá pouca aderência (E 2).

Não sei porquê não nos deixam votar cá na diáspora. Aqui as pessoa já têm a mente aberta. Com a crise do dólar não sei se os jovens vão votar ou não (E 4).

Nas eleições houve um grau de abstenção muito elevado. O povo vivia como que “não me interessa com isso, já sabemos quem vai ganhar”. Mas nestas eleições pode baixar um pouco devido ao grau de insatisfação (E 10).

Como podemos observar, este grupo de entrevistados acha que a participação em eleições não é satisfatória devido ao número elevado de abstenções nos últimos dois pleitos eleitorais (2008 e 2012), gerado pela falta de confiança aos partidos concorrentes, o comodismo com o *status quo* bem como a não abertura das assembleias de voto aos

angolanos residentes no estrangeiro, causando deste modo descontentamentos por parte dos jovens, nessa condição.

Por outro lado, alguns entrevistados aludiram que a juventude aderiu sempre as eleições, muitos por várias razões, que na ocasião muitos respondem que “não quero falar disso”. Mas na generalidade reconhecem a afluência da camada juvenil às eleições no sentido de confirmar o exercício do direito de cidadania que é o voto, como se lê abaixo:

Antes as pessoas tinham pouca motivação, mas agora a juventude pensa que o seu voto é importante, porque as coisas não andam bem. Desta vez terá pouco número de abstenções, como a *mídia* tem mostrado (E 5).

A juventude sempre aderiu as eleições, senti grande afluência participativa dos jovens (E 6).

As pessoas sim participam, mas espero que cada um tenha noção o quão é importante o seu voto e não ser coagido por qualquer partido, de modo que vote naquele que lhe proporcione maior ganho (E 11).

Nas eleições a participação é massiva, mas prefiro não falar disso (E 14).

As eleições já têm tido maior aderência pelos cidadãos angolanos. Mas as vezes já vêm orientações de voto a partir de casa, da escola (E 15).

A ligação entre as duas alas de respostas face a mesma questão, reside no facto de, tanto quem se abstem por razões acima enunciadas, quanto quem participa de forma ativa às eleições ser o descontentamento, ou seja, o desejo de mudança do quadro atual que não é satisfatório para a população. Assim, as abstenções resultam da não concordância com os programas eleitorais apresentados em campanha, e a aderência massiva é movida pelo desejo de mudança, logo podemos concluir que embora com posições diferentes o objetivo é ver alterada a situação atual.

Numa outra variante desta dimensão de análise, sobre a pertença do entrevistado em movimentos sociais, associação, partido político, a maioria respondeu que não pertence a nenhuma destas organizações. Mas uma minoria que respondeu que pertence a um partido político, não revelou o seu partido, por razões pessoais. Ainda assim, os entrevistados com exceção de um (1), que já participou em manifestações, mas não em Angola e nem pró Angola, nunca participaram em manifestações ou protestos:

Não pertenço a movimento social nem partido político. Faço ativismo isolado, tenho a obrigação moral de fazer (E 1).

Pessoalmente, faço ativismo isolado. Tenho a obrigação moral de fazer. (...) Em manifestações sim, mas nunca em Angola, sempre em outros contextos e países. Mas se perguntar se podia participar, eu diria que sim (E 2).

Francamente falando não pertenço a nenhum movimento nem partido, não condeno quem pertença não vejo as pessoas com cores partidárias. Eu estou fora disso, mas já me senti injustiçado (E 3).

Não pertenço a nenhum partido político, mas faço parte da AEA. Ainda não tive oportunidade, mas gostaria de sair a rua e clamar por direitos (E 11).

Pertenço sim a um partido, mas não vou revelar (E 12).

Eu pertenço a um partido, mas não importa dizer aqui. Faço um ativismo pessoal. Manifesto em conversa com outras pessoas. Mas gostaria de me manifestar, mas um dia farei, tenho as minhas insatisfações (E 15).

Eu não pertenço a nenhuma organização, mas gostaria e também vou exaltando consciências. Gostaria de participar em manifestações e protestos, nunca me faltou vontade, mas por medo ou receio não o fiz (E 18).

Nestas ideias dos entrevistados podemos conjecturar que a maioria não pertence a movimentos sociais, com exceção de um ou outro que se identifica com partido político, pese embora os que se identificam têm a expressa vontade de aderir a manifestações, por insatisfação com o modo de vida. Ainda assim a participação em manifestações e ou protestos, no seio dos entrevistados é nula, devido a razões de oportunidade e outros por receio ou medo de represálias em aderir a tal ato de massa de clamar por direitos, mas com a expressa vontade de participar na vida pública e exercer essa forma de ativismo político.

No que se refere a questão ligada ao impacto das redes sociais online na participação e ativismo em Angola, os entrevistados aferiram como sendo uma das formas de participação por razões múltiplas: terem sido os meios de maior divulgação, dificuldades de uso do espaço físico para tal ato, os limites da liberdade de expressão e de imprensa, a censura dos programas de rádio e televisão públicas em Angola, liberdade de exposição nestas ferramentas e tantas outras razões que poderíamos aludir aqui. Tal que os entrevistados expõem:

Na mobilização, estão em total descrédito os órgãos de informação pública de Angola. Rádio TV, Angop. Essas desinformam não são partidárias, é complicado. Já nas redes sociais aí sim, conseguem atingir o maior número de pessoas. Por duas razões: é mais fácil e menos dispendioso. A informação rapidamente se difunde (E 18).

Mas da rádio acho que não, oiço notícias sobre convocação das manifestações, talvez internet, rádio não. Há todo um sistema ali montado que serão automaticamente vedados. Por isso opta-se pelas redes sociais, são mais oculto e mais rápido, porque hoje os jovens estão ligados as TICs (E 14).

Sinceramente, na rádio nunca ouvi. Geralmente o Facebook tem divulgado muito essas atividades, dá entender que o nível de consciência dos jovens angolanos tem crescido bastante. Por ser um canal fácil de publicar, apesar de todos não terem acesso, dificilmente a rádio não anuncia esse tipo de atividades. Se houve manifestação não passou pela rádio nem na TPA, uma vez que estas cadeias não cumprem o seu papel, não informam a verdade, porque a verdade liberta (E 11).

O impacto das redes sociais tem sido positivo, temos o Facebook, os jovens têm mais liberdade de expressão nesta ferramenta. As rádios e televisão angolanas são bloqueadas, podem estar aí mas a informação não vai ao ar, no Facebook todos têm acesso. Por ser a maneira mais fácil, alguns por medo de mostrar a cara. Porque ainda não temos aquela democracia, por isso preferem não dar a cara (E 8).

Para mobilização da participação e ativismo as rádios, a televisão não passa isso, porque pertence ao Governo. Os panfletos sim. Facebook, google, visto que o nosso país não há liberdade de expressão, se for a TPA e pedir que passe sobre uma manifestação, não vai passar e mesmo o jornalista que passar será despedido (E 4).

Nesta senda podemos afirmar que, os entrevistados defendem que as redes sociais online constituem uma das principais ferramentas de participação e ativismo em Angola pelas razões por si invocadas desde a liberdade do espaço virtual, à opressão que se pode engendrar na ocupação de espaços físicos para tal prática. Ainda na mesma vertente, a opção por esse tipo de ativismo justifica-se pelo facto de serem informais, e os seus descontentamentos não terem acolhimento nos órgãos de comunicação social estatais, fruto da censura e forte controlo destes órgãos por parte do Governo, pelo que neste espaço para além da grande capacidade de mobilização em massa, reflete-se a liberdade de enunciação e expressão sem comandos opressores a manifestação das suas insatisfações.

#### **4.5 Futuro da participação e ativismo**

Nesta dimensão de análise, pretendeu-se saber sobre as perspetivas da participação e ativismo em Angola, tendo em conta o projeto de sociedade, desde a forma organizacional à vivência da democracia que se vislumbra no país.

Assim, em primeiro lugar procurou-se saber a perceção dos entrevistados sobre o regime político angolano, onde a maioria propugna que, apesar de Angola ser um Estado Democrático e de Direito, conforme estipula a Constituição da República, no seu artigo 2º, ainda não se vive de facto tal ato fruto das constantes violações observadas no quotidiano, deste dispositivo normativo, como podemos ver nas opiniões abaixo:

Angola é um regime em transição, não somos democráticos, por isso deve haver mais grupos de participação social (E 1).

Angola é uma ditadura extrema, é corrupto não é democrático. Os ativistas não lhes dão muito espaço de participação e desenvolverem as suas atividades, não lhes deixam fazer manifestação, se fizer manifestação vais preso, vais para os jacarés (E 10).

É um regime ditador, não está habituado a confrontos, a diferença de opinião, por isso é que há uma repreensão dos ativistas que denunciam os crimes cometidos pelo regime (E 11).

O nosso sistema é muito corrupto, egoísta, os que estão no topo só pensam neles. Por isso, esses precisavam ser reeducados, porque temos recursos, precisamos de ideias (E 13).

Há muito que se fazer porque uma democracia como tal não temos. Há uma pseudodemocracia (E 14).

Angola é um regime que ainda está preocupado em ver melhorada a condição económica dos seus militantes elevados, priva a liberdade de pensamento, que no fundo é ditatorial na sua forma suave. Estamos sobre a imagem de democracia, mas que no seu interior é uma ditadura manifesta (E 17).

Por assim dizer os entrevistados, afirmam que o processo democrático no país ainda não está consolidado, fruto das formas utilizadas para com indivíduos que pugnam por uma democracia participativa. Nestes casos muitos deles preferem apelidar de uma democracia em construção, ditadura na sua forma suave, pseudodemocracia, opressor e

outros atributos que vincam a constante violação do projeto democrático, instalado em Angola desde 1992.

Quanto a questão ligada às práticas do governo face a participação e o ativismo no país, os entrevistados aferiram de um modo geral que têm sido negativas, uma vez a tônica dominante tem sido a repreensão.

Normalmente as manifestações têm sido reprimidas. Atividades de género não organizadas pelo MPLA são reprimidas violentamente. Batem nas pessoas, ferem as pessoas, soltam cães, usam bombas de gás lacrimogéneos, inclusive ameaças de morte. Usam o meio mais letal possível (E 1).

Só Deus. Vimos os 15+2. Bateram e mataram alguns, receberam os multibancos, livros em fim (E 4).

São várias, por exemplo o uso da polícia para reprimir os manifestantes, isso vai contra os direitos humanos, por exemplo a polícia mesmo tomando conhecimento reprimiu os manifestantes, alguns vão preso é caso dos 17 (E 11).

Vimos o que aconteceu no caso dos últimos ativistas, não têm sido bem recebidos. Porque uma manifestação não é golpe de Estado (E 14).

Tem sido de intimidação. Criticam e sancionam os manifestantes, para desencorajar os outros. Há poucos dias alguns foram feridos em manifestações, o grupo do Luaty, é a transparência do governo face a esses casos (E 15).

Os contra o governo é sempre reprimido, os pró sim. A sociedade não caminha para frente com este tipo de práticas. Quando se expressa contra, existe uma perseguição sem tréguas a essas pessoas. Há um desequilíbrio do uso dos meios contra os manifestantes (E 17).

Nesta dimensão ainda se explorou a questão ligada ao futuro da participação e ativismo em Angola, onde a maioria dos entrevistados é unânime em perspetivar um aumento crescente desta prática, fruto do nível de formação que os jovens vão adquirindo, nível de satisfação com o estado atual do modo de vida, as exigências do mundo atual face aos desafios da democracia, entre outros por eles aferidos para sustentar um redimensionar sobre esta forma de ação coletiva, como fundamento do projeto de sociedade que se pretende, como se vê nas palavras abaixo:

Mas ninguém conseguirá parar, nem mesmo o próprio Governo, independentemente de ser reprimida, ter reagido violentamente, tenderá aumentar e crescer com maior qualidade, as pessoas estão a se formar. Quanto mais reclamarem seus direitos, mais associações de cariz social e políticas partidos da oposição, mais vamos fortalecer a nossa democracia. Se quisermos ser democráticos temos que nos abrir a neste nível (E 1).

Mas isso tende a mudar. Acredito que o governo por mais que tenha grandes forças policiais e de inteligência, não acho que terão grande capacidade para lutar diante de uma sociedade que está a crescer, mais inteligente e mais esperta (E 5).

Mas vai sempre surgir de uma ou de outra forma. Mas quando batem nos manifestantes é complicado. Só tem um futuro, vai se tornar cada vez maior independentemente das práticas, por falta de condições, não existe qualidade de vida. As pessoas vão preferir ir à rua levar pancada do que ficar de braços cruzados (E 6).

Como podemos constatar, o ativismo na visão dos entrevistados tende a crescer fruto das constantes violações dos direitos e liberdades dos cidadãos, uma vez que os angolanos perspetivam uma vivência democrática plena, com a capacidade do Governo em dar resposta aos vários problemas que colocam em causa o bem-estar de todos. Liga-se a esse projeto de futuro de nação a importância da participação e ativismo em democracia onde se pretendeu buscar o impacto dessa ação em democracia participativa, para a prossecução dos interesses dos cidadãos. Tal que os entrevistados acharam pertinente que é fundamental a participação em democracia, uma vez que melhora a qualidade, ou seja, os governantes tomarão contacto com as reais situações que os povos estão submetidos, afim de dar cobro aos problemas que os aflige, como podemos ver nas expressões:

Dizem que Angola é um país democrático, mas não acredito. Por isso a participação e ativismo ajuda muito, só assim se constrói o país. Por isso os jovens devem voltar para Angola e fazer algo pelo país, é sempre possível fazer a mudança (E 14).

Apesar das repreensões o ativismo em Angola vai aumentar. Por isso a participação e ativismo é muito importante, porque as pessoas expressam os seus sentimentos sobre a governação política, quem sabe com isso as coisas mudam! (E 16).

A participação e o ativismo são sinais de uma democracia participativa, a sociedade ter de ser ativa perante os factos políticos. São essas ações sociais que marcam as exigências

dos políticos, estes se sentirão que estão a ser monitorizados pelos eleitores, melhora o trabalho do político (E 18).

Mas sem participação não há democracia, esta não se faz só pelo sufrágio. Tomar consciência o quanto é útil a participação em democracia. Que os políticos ganhem maturidade e mudem de mentalidade se as pessoas fizerem pressão e aderirem em massa a essa participação política, por isso devemos partilhar da ciência moderna e influenciar a mudança de mentalidade e construir uma verdadeira democracia (E 7).

Portanto a participação em Angola tende a crescer na medida em que a população em geral e a juventude em particular, têm tomado consciência das suas obrigações face ao papel do Estado na resolução dos mais variados problemas, tanto mais que o ativismo tem sido um dos grandes elementos catalisadores da vivência democrática a fim de dar maior protagonismo ao cidadão na solução das variadíssimas questões que se levantem na sociedade. E no que podemos constatar na visão dos entrevistados, a forma mais eficaz de fazer tal ação coletiva no contexto angolano, tem sido o ativismo digital, fruto das várias atrocidades com o qual os manifestantes se têm deparado.

#### **4.6 Articulação entre as dimensões de análise**

As dimensões acima a floradas à luz dos dados recolhidos através da entrevista, constituíram o pano de fundo para a fundamentação empírica da presente pesquisa. Por assim dizer, é notável uma articulação entre elas. Em primeiro lugar, pretendemos buscar o impacto da socialização política nos modos de participação e ativismo por parte dos entrevistados.

Uma vez que a socialização política se constitui como elemento fundamental na configuração de uma cultura de participação política (Varela, 2009), a sua influência é imprescindível para a atuação do indivíduo na esfera política, podendo nalguns casos determinar o nível e o grau de participação na vida pública. Sendo assim para o caso em análise e partindo dos dados obtidos das entrevistas, a maioria aferiu que no seio familiar esta influência não foi relevante, uma vez que muitos dos pais eram apatidários por causa de influências religiosas, outros devido ao contexto que o país viveu (cerca de 25 anos de guerra civil). Para os indivíduos cujos pais pertencem ou pertenciam ao partido no poder ou ainda da oposição, no seio da família não se verificava discussões dessa natureza. Por isso neste particular podemos concluir que, uma vez que as discussões de natureza política

no seio familiar não terem sido frequentes, tiveram pouco impacto na participação e ativismo político dos entrevistados.

Noutro prisma, as discussões de natureza política foi sempre notável no seio de amigos e colegas, fruto do intercâmbio com pessoas de várias designações políticas e visões diferentes sobre a realidade intrínseca do país. Os entrevistados aferem que neste fórum os debates são frequentes, fundamentalmente na academia entre colegas da universidade, têm influenciado na forma como tomam contacto com os factos desta natureza, dando maior relevância a sua orientação em termos de participação e ativismo. Tal que fruto deste tipo socialização no seio de amigos e colegas, os entrevistados asseguram a sua participação em eleições (embora muitos pugnam por abstenções). É de realçar que a maior forma ou modo de participação fruto da socialização entre amigos e colegas é pelas redes sociais online (ativismo digital) que de todo é transversal aos entrevistados. O ativismo digital na perspetiva de Villela (2012), ou “ciberativismo, “é o engajamento político praticado na internet, com vistas a se alcançar participação nas decisões políticas. Esta forma de participação propicia a que os ativistas possam de forma destemida emitir suas opiniões sobre o real funcionamento do sistema político, questões de justiça social, redistribuição de rendimentos entre outros assuntos pertencentes a sua arena sócio-política”. Nesta mesma ordem de ideias, os entrevistados estão enquadrados na perspetiva do autor em questão, uma vez que aferem que o modo pelo qual mais exercem o seu ativismo é pelas redes sociais online como podemos ver nas suas expressões:

(...)Facebook, maior divulgação (E 1); (...)Faço ativismo pelas redes sociais (E 2); (...)As redes sociais online, as pessoas têm medo de dar a cara (E 3); (...)As redes sociais grande caminho para abertura e crescimento dessas práticas (E 5); (...)Redes sociais, espaço grande e notório, de desabafo de opinião, de debate, por não fazer por meios físicos (E 7); (...) Redes sociais, mais oculto e rápido, sem barreiras, mais protegidas, uma vez que a TV e Rádio são controladas e só passam o querem( E 13, 14,15,16,17 e 18).

Neste entretanto, o impacto da socialização política nos modos de participação e ativismo, podemos encontrar a partir das discussões de amigos e colegas, que vai desembocar na partilha de informação online sobre questões de natureza política, trazendo à tona, para o caso em análise, a diminuta influência do seio familiar neste ato participativo, uma vez que outras formas de participação (manifestações e protestos através de movimentos sociais) são bloqueadas e ou reprimidas pelo Governo. Razão pela qual, a opção pelo

ativismo digital tem se feito sentir nesta franja da sociedade (estudantes), fruto dos grandes níveis de descontentamento à luz da resposta do governo aos problemas sociais levantados.

Por outro lado é mister articular as duas dimensões analisadas acima com a motivação para participação e ativismo, uma vez que o modo mais aderido no seio dos entrevistados é pelas redes sociais online. Assim, os modos de participação e ativismo articulam-se com a motivação, uma vez que esses constituem a razão de ser do ato participativo, que no caso em análise pelas redes sociais online, pelo facto de tais ações de descontentamento terem sido demonstradas em ferramentas online. O facto é que os entrevistados aferiram que o que tem motivado este ato é a falta de serviços essenciais básicos como por exemplo a saúde, educação, alimentação saudável, segurança, assimetrias nos salários, a má distribuição da riqueza, elevado índice de desigualdades, alto nível de desemprego, falta de oportunidade, saneamento básico, a falta de alternância no poder, o elevado índice de corrupção, desrespeito pelos direitos humanos, falta de confiança nas instituições entre outros fatores, com os quais a população se vê saturada com tais constantes práticas, sem vontade política de minimizar tais males que assolam a sociedade angolana. Daí que a opção pela participação e ativismo digital tenha justificação nesses elementos ora apontados no seio dos estudantes, com o nobre desejo de ver o quadro social alterado para uma vida digna à luz das potencialidades que o país apresenta.

Por essas e outras razões, os entrevistados têm a perspectiva de num futuro próximo ver debelado todos esses males, e prognosticar uma sociedade democrática de facto, vincada na liberdade e igualdade, direitos esses consagrados constitucionalmente. Portanto, o ativismo tende a crescer no país, fruto das constantes insatisfações com o modo de vida (justiça social e democracia real), uma vez que constitui um dos fundamentos da democracia participativa.

## CONCLUSÃO

Depois de várias abordagens em torno do tema em questão, torna-se oportuno enunciar as principais ilações que se depreendem da participação e ativismo político em Angola. Por assim dizer neste ato de participação e tendo em conta a realidade contextual do país, a socialização política do indivíduo determina em alguns casos o modo de participação e ativismo, sendo que a influência dos pais neste campo é diminuta para esta matéria analisada. Joga papel fundamental o grupo de amigos e colegas, onde as discussões de natureza política têm sido frequentes, fundamentalmente nas universidades. Pelo que em muitos casos a convivência com indivíduos de várias filiações partidárias nomeadamente, UNITA, MPLA, CASA-CE, têm tido um forte impacto na participação e ativismo destes.

Na dimensão motivação para participação e ativismo político, infere-se que a invocação por melhores condições de vida, justiça social, democracia real, distribuição de rendimentos, alternância no poder, educação de qualidade, saúde, confiança nas instituições públicas, liberdade e igualdade, bem como outros direitos, têm motivado a onda de manifestações e protestos no país. A degradação destes elementos têm estado na base do elevado nível de insatisfação, sendo que o desejo consiste em ver alterada a situação real, face ao quadro degradante das estruturas de base daquela sociedade.

No que toca aos modos de participação e ativismo, podemos inferir que, quanto a participação dos cidadãos em eleições os entrevistados posicionam-se em duas alas argumentativas, onde os primeiros afirmam existir um número elevado de abstenções devido ao grau de insatisfação da população, e os segundos que pugnam por um despertar da juventude em afluir ao voto com o desejo de ver alterada a realidade atual do país. Neste prisma, poucos dos entrevistados estão filiados em partidos políticos, movimentos sociais, ou sindicatos, com quase nula a participação em manifestações ou protestos no país. Ressalta-se o impacto das redes sociais online na participação e ativismo da franja analisada, por razões várias que se sintetizam em: liberdade de exposição de ideias, por serem mais rápidos e acessíveis, ocultos, sentimento de proteção e por serem informais. As razões para optar nesta forma de ativismo, justifica-se pelo facto de a ocupação de espaços físicos para desencadear este tipo de ação coletiva (manifestações e protestos) serem vedados pelos órgãos de defesa e segurança do país, com fortes repreensões aos ativistas políticos. Por outro lado, a opção por este tipo de ativismo está associada ao controlo institucional dos órgãos de comunicação social do país pelo governo, acrescida a censura constante das linhas editoriais, que têm dado total descrédito a esses órgãos na

cobertura de atividades de género. Infere-se que o modo de participação e ativismo mais frequente na unidade de análise, é aquele feito nas redes sociais online ou ativismo digital, fruto da cultura do medo e represálias perante o sistema político vigente.

Quanto ao futuro da participação e ativismo, podemos inferir que em primeiro lugar, dependerá da flexibilidade do regime político angolano, que na visão de muitos entrevistados é ditatorial ou pseudodemocrático, que tenderá levar ao extremo a repreensão dos manifestantes legais, com torturas físicas e detenções em larga escala. Mas apesar deste quadro viscoso para o ativismo em Angola, ele tende a crescer, fruto da abertura com outras realidades, impacto da globalização, a escolarização da camada jovem que vem tomando consciência dos seus direitos e deveres, bem como a crescente insatisfação face ao modo de vida precário que se vive no país. Infere-se também que a participação e ativismo são os verdadeiros pressupostos da democracia participativa fora da época eleitoral, por isso é imprescindível a sua prática para construir alicerces do ideário vivencial de um Estado Democrático de Direito em Angola.

Portanto, as razões de fato que justificam esse tipo de ativismo nos estudantes angolanos do ensino superior, ainda estão em níveis muito baixos, uma vez que a ação das autoridades angolanas face a este tipo de ação coletiva tem sido intimidatória e repreensiva, tanto física quanto psicológica. Conquanto esta investigação deixa em aberto a temática ligada a participação e ativismo político em Angola, em função dos níveis de crescimento deste tipo de ação coletiva, em muitos casos inspirados na Primavera Árabe, nas grandes ondas de protestos pelo mundo em geral e na África Subsariana em particular, com o intuito de promover mudanças significativas a nível das estruturas centrais e locais, fruto do elevado índice de desigualdade no país, falta de alternância, justiça social entre outros valores, tendo em conta a concretização do projeto de democracia real em Angola.

## **FONTES**

Constituição da República de Angola (2010), Imprensa Nacional de Angola, Luanda

Deutsche Welle <http://dw.com/p/18cXl>

Economist Intelligence Unit – 2015, Actualitix.com

Freedom House/2016 ([www.freedomhouse.org](http://www.freedomhouse.org)).

Jornal Estadão: <http://topicos.estadao.com.br/primavera-arabe>

Lei nº 02/91, de 11 de Maio, sobre o direito de reunião e das manifestações

Lei nº 7/06, de 15 de Maio, Lei de Imprensa

ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humano*.

Site Maka Angola disponível em: (<http://www.esquerda.net>) 27 de Dezembro, 2013 - 15:56h.

## BIBLIOGRAFIA

- Accornero, Guya e Pinto, Pedro Ramos (2015). “*Revoltas populares contemporâneas numa perspectiva comparada “Brandos costumes?” Protesto e mobilização em Portugal sob a austeridade*”, Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 393-421.
- Al-Azm, Sadek J, (2011) “*The ArabSpring: Why exactly at this time?*”, Reason Papers, (33), Damasco, Universidade de Damasco pp. 223-229.
- Albuquerque, Carlos (2002), *Angola – A cultura do medo*, Lisboa, Edição Livros do Brasil.
- Almeida, João Ferreira [coord.] (1994). *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta
- Almeida, João Ferreira et. al (2003), *Diversidade na Universidade: Um inquérito aos estudantes de licenciatura*, Oeiras: Celta Editora.
- Beirão, Luaty (2016), *Sou eu mais livre, então: diário de um preso político angolano*, Lisboa, Tinta da China.
- Blanes, Ruy Llera (2016), “*O ativismo em Angola: o que querem esses revús?*” Revista Por dentro da África – disponível em <http://www.pordentrodaafrica.com>
- Bobbio, Norberto (1988), *O futuro da democracia*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Bobbio, Norberto (2004). *Teoria geral da política*, São Paulo, Ed. Campos.
- Bobbio, Norberto (2010). *Dicionário de Política*. Brasília : Editora UnB.
- Buhlungu, Sakhela (2003). “*O reinventar da Democracia Participativa na África do Sul*”, em Boaventura de Sousa Santos (Org.), “*Democratizar a Democracia: os caminhos da Democracia Participativa*” (pp. 133-166). Porto: Afrontamento.
- Calca, Patrícia (2010), “*As clivagens políticas e os partidos: uma abordagem*”, Lisboa CIES e-WORKING PAPER N.º 99.
- Carneiro, Francisco de Sá (1971), *Uma tentativa de participação política*, Lisboa: Moraes Editores.
- Castells, Manuel & Cardoso, Gustavo (2005). *A sociedade em rede: Do conhecimento à Ação Política*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Debates Presidência da República, Lisboa.
- Castells, Manuel (2013), *Redes de Indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Chimanda, P. F. (2010). *Do Monopartidarismo à transição democrática em Angola*, Dissertação de Mestrado em Filosofia Política, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Costa António Firmino (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Costa, Bruno Ferreira, (2014), *A Influência do Sistema Político e Eleitoral e do contexto Macroeconómico na Participação nas Eleições Legislativas em Portugal e Espanha (2004 - 2011):um contributo para o estudo da Democracia*. Tese doutoramento em Ciências Sociais, na especialidade de Ciência Política, Universidade de Lisboa.
- Cruz, Domingos da (2012), *A liberdade de Inpressão em Angola: Obstáculos e desafios no processo de democratização*, Dissertação de Mestrado em Direitos Humanos, Paraíba, Universidade Federativa da Paraíba.
- Cruz, Domingos da (2015), *Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura. Filosofia política da libertação para Angola*, Luanda, Editora Mundo Bantu.

- Dallari, Dalmo de Abreu (1999), *O que é participação política*, São Paulo, Brasiliense.
- Estanque, Elísio e Bebiano, Rui (2007), *Do activismo à indiferença: movimentos estudantis em Coimbra*, Lisboa, ISC.
- Fernandes, António Teixeira (1998), *O Estado democrático e a cidadania*, Porto, Edições Afrontamento.
- Filho, Geraldo (2013), *Primavera Árabe: contributos das redes de comunicação na revolução egípcia*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Foddy, William (1996), *Como perguntar: teoria e prática na construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta.
- Fortuna, Cláudio e Coque Mukuta, (2013), *Os meandros das manifestações em Angola*, Brasília, Kiron Editora.
- Freire, André (2000), “Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas 1975-1995”, Lisboa, *Análise Social*, vol. XXXV (154-155, 115-145).
- Freire, André (2001), *Modelos do Comportamento Eleitoral: Uma Breve Introdução Crítica*, Oeiras, Celta.
- Freire, André (2001), *Mudança Eleitoral em Portugal Continental: Clivagens, Economia e Voto em Eleições Legislativas 1983-1999*, Oeiras, Celta.
- Freire, André (2005), “Identidades ideológicas e partidárias na Europa: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparativa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 47, pp. 11-33.
- Freire, André (2006), *Esquerda e Direita na Política Europeia. Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Fukuyama, Francis (1992), *O fim da história e o último homem*, Lisboa, Gradiva.
- Ghiglione, Rodolphe e Benjamim Matalon (1997). *O inquérito. Teoria e prática*, Oeiras, Celta,
- Giddens, Anthony, (1998), *Para uma terceira via*, Lisboa, Presença.
- Giddens, Antony, (2005), *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- Gohn, Maria da Glória (2005), *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez,
- Goss, Karine Pereira e Kelly Prudêncio (2004), “O conceito de movimentos sociais revisitado”, (Online) 1 (2).
- Guebe, António (2009), *O pensamento social sobre cidadania e democracia em Angola: caso da comunidade rural Va-Hanha (1992-2007)*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico da África: Análise e Gestão, Lisboa, ISCTE.
- Guerra, Isabel Carvalho (2006), *Participação e ação coletiva: interesses, conflitos e consensos*, Estoril, Príncípa Editora.
- Habermas, Jürgen (1997), *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, Vol. I e II. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Hamel, R. Márcio (2009) “Movimentos sociais e democracia participativa”, Rio de Janeiro Revista Espaço Acadêmico, nº 95, disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/095/95hamel.pdf>
- Hodges, Tony (2002), *Angola-Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*. 1ª Edição Cascais, Príncípa, Publicações Universitárias e Científicas.

Howard, Philip N e Hussain, Muzammil (2012), *Democracy's fourth wave? Information technologies and the fuzzy causes of Arab Spring*, Social Research Network, (Online), disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2029711>>.

Joffé, Geoge (2011), *A Primavera Árabe no Norte de África: Origens, e perspectivas de future*, Revista de Relações Internacionais, (30), online, pp. 85-116, disponível em <[www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992011000200006&script\\_arttext#14](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992011000200006&script_arttext#14)>.

Liberato, Ermelinda (2012), “*A formação de quadros angolanos no exterior: estudantes angolanos em Portugal e no Brasil*”, Lisboa, Centro de Estudos Africanos (CEA – IUL).

Lima, Maria da Paz Campos e António Martin Artiles (2014). “*Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: Da ação coletiva à participação individual no protesto social*”, Revista Crítica de Ciências Sociais 103, Trabalho, precariedade e rebeliões sociais.

Maria, Adolfo (2015), *Angola, contributos à reflexão*, Lisboa, Edições Calibri.

Marques, Inácio (2012), *Memórias de um golpe: o 27 de Maio de 1977 em Angola*, Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Marques, Rafael (2011), *Diamantes de sangue, corrupção e tortura em Angola*, Lisboa, Tinta da China, 2ª Edição.

Martins, Manuel Meirinho (2004), *Participação política e democracia: o caso Português (1976-2000)*, Lisboa, ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa.

Martins, Suzana da Cruz (2001), *Associações e modos de ação coletiva no âmbito dos movimentos sociais*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa, ISCTE.

Martins, Suzana da Cruz (2003), *Acção colectiva e individual* em João Ferreira de Almeida *et. al* (2003), *Diversidade na Universidade: Um inquérito aos estudantes de licenciatura*, Oeiras, Celta Editora, pp. 195-210.

Melucci, Albert (2011), *A Invenção do presente: Movimentos Sociais nas sociedades complexas*, Ed. Vozes, Rio de Janeiro.

Milanovic, Branko (2012). *Ter ou não ter. Uma breve história da desigualdade*, Lisboa, Bertrand Editora.

Milhazes, José (2013), «*Golpe Nito Alves*» e outros momentos da história de Angola vistos do Kremlin, Lisboa, ALETHEIA.

Mill, John Stuart (1991), *Sobre a liberdade*. Trad. Alberto da Rocha Barros. Petrópolis: Editora Vozes.

Ministério do Planeamento (2011). *Inquérito Integrados obre o bem – estar da população (IBEP) – Relatório de Tabelas*, Luanda, INE, Vol. II.

Norris, Pippa (2002). *Democratic Phoenix – Reinventing political activism*. Cambridge University Press.

Nunes, Nuno Filipe (2011), *Desigualdades sociais e Ação coletiva na Europa*, Tese Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.

Países africanos da CPLP (2014), *Perspetivas económicas em Africa*, Edição Regional.

Pasquino, Gianfranco, (1996), “*Participação política, grupos e movimentos*”, em Gianfranco Pasquino *et. al* (1996) *Manual de Ciência Política*, Salamanca, Alianza Editorial.

- Pereira, Inês (2009), *Movimento em rede: biografias de envolvimentos e contextos de interação*, Tese de Doutoramento em Antropologia Urbana, Departamento de Antropologia, Lisboa, ISCTE.
- Pereira, Marcus (2008), *O cyberactivismo e a democracia: movimentos sociais e novos reportórios de ação*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Pestana, Nelson (2004), “*O cidadão e a Política*”, II Semana Social Nacional, Luanda, Pp.17-26. Pew Research Center, referente ao ano 2012 disponível em [www.pewglobal.org/database/indicator=3&survey=14&response=Dissatisfied&mode=map](http://www.pewglobal.org/database/indicator=3&survey=14&response=Dissatisfied&mode=map)
- Piketty, Thomas (2014). *O Capital no século XXI, temas e debates*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- PNUD, (2014), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2014*, Nova York, UNDP.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2008), *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Rawls, John (1993). *Uma Teoria da Justiça*, Lisboa, Editorial Presença
- Rosas, J. C. [org.] (2008). *Manual de Filosofia Política*, Coimbra, Editora Almedina.
- Sen, Amartya (2012). *A Ideia de Justiça*, Coimbra, Edições Almedina.
- Sharp, Gene, (2015). *Da Ditadura à Democracia*, Lisboa, Tinta da China.
- Sousa, Florival Raimundo (2014), “*Dinâmicas da “nova” participação política em Angola*”, Coimbra, FEUC/Universidade de Coimbra, VII Congresso Português de Sociologia, 40 anos de democracia: progressos, contradições e prospetivas.
- Stiglitz, Joseph (2014), *O preço da desigualdade*, Lisboa, Beltrand Editora.
- Tocqueville, Alexis (1978). *Da Democracia na América*, Porto, Res Editora Lda.
- Touraine, Alain (1984), *O Retorno do Ator*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Touraine, Alain (1992), *Crítica da Modernidade*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Touraine, Alain (2010), *Depois da Crise*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Viegas, José Manuel Leite, (2007), “*Participação política: o caso português em perspectiva comparada*” em José Manuel L. Viegas et al, (orgs), *Portugal no contexto Europeu*, V.I, Lisboa, CIES, Celta Editora.
- Viegas, José Manuel Leite, Ana Maria Belchior e Filipa Seiceira (2010), “*Mudanças e continuidades no modelo de participação política em Portugal. Análise comparada europeia*”, *Perspectivas - Portuguese Journal of Political Science and International Relations*, nº 5, Cidadãos, Parlamentos e Representação Política, Lisboa, NICPRI, Centro FCT, pp. 17-42.
- Villela, Vieira (2012). *Ativismo digital: um estudo sobre blogs ativistas*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Brasília.

# ANEXOS

## Quadro A – Grelha de Análise

Dimensões	I Dimensão					II Dimensão				III Dimensão						IV Dimensão				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5
Entrevista																				
1	MPLA	Sem imposição	Sim	Não	Não	Lastimável	Não	Educação e saúde. Baixa	Sim	Abstenções	Não	Não	Internet	Maior divulgação	Censura	Transição	Reprensão	Tortura	Aumentar	Fortalece a democracia
2	Apartidários	Não	Sim	Sim	Alguns	Desconfortável	Não	Má distribuição	Sim	Pouca aderência	Partido	Sim	Redes sociais	Maior proporção	Sofrer represália	Fecharo e híbrido	Prisão	Violação de direitos	É complicado	Reforma e cidadania ativa
3	Apartidários	Não	Sim	Sim	Sim	Desigualdades	Não	Educação, saúde, assimetrias nos salários	É difícil	Entusiasmo	Não	Fora disso	Internet	Desmascarar	Medo de dar a cara	Ditadura	Reprimir	Não animadores	Surgirá cada vez mais	Clamar por direitos
4	Não sei	Sim	Sim	Sim	Sim	Mentir a população	Não	Povo a sofrer	Não há liberdade	Com a crise não sei se os jovens vão votar	Não	Não	Rádio e a televisão não passa isso.	Facebook, Google, sim.	Não há liberdade de expressão	Só Deus	Bateram e torturaram alguns	Cadeia em fim	Liberdade e de expressão	Melhoria para o país
5	MPLA	Sim, algumas vezes	Não	Não se deve falar muito	Sim	Fingem como se fossem cegos e surdos	Não	Saúde e estudos	Não há liberdade	O voto da juventude é importante	Não	Não	Redes sociais	Abertura e caminho desses grupos	Usado por muita gente	Desrespeito das leis	Práticas erradas	Reação da polícia, maus tratos	Tende a mudar e crescer	Vão surgindo grupos
6	MPLA	Não agora, antes sim	Sim	Não	Não	Degradação das coisas de base	Não	Saúde, educação, segurança	Sim	A juventude sempre aderiu	Partido	Não	Redes sociais	Informação poderosa	Há controlo dos jornais e rádio	Transição	Batem as pessoas	Reprimir e prisão	Vai surgir de uma ou de outra forma	São coisas que vêm para nos alertar
7	Sem orientação partidária	Não	Sim	Sem orientação fixa	Não	Desastrosa	Não	Má distribuição da riqueza	Sim	Faixa	Não	Não	Internet	Espaço de desabafo, opinião e debate	Impossível por meios físicos	Passa pela vontade de política	Pancadas da polícia	Meios de força para repressão	Pressão e aderência em massa	Sem participação não há democracia
8	MPLA	Pouco	Fre	Sim	Sim		Não	Melhor vida,		Ativa		Não	Internet	Mais liberdade		Blo		Polícias e		Ouvir a opinião

			quente			Promete e não cumpre		estabilidade, saúde	Não há direitos iguais		Partido			de expressão	Medo de mostrar a cara	queiam as pessoas	Reprimidas	seguranças	Tenderá a crescer	dos jovens.
9	MPLA	Sim	Sim	Não	Sim	Baixa, custo de vida muito alto	Não	Educação e saúde	Não há	Não me interessa	Não	Não	Internet	Atualizadas	Rádio e televisão não passam informações de género	Não é democrático	Colocam câms nas ruas, batem as pessoas	Reprimida pela polícia	Vai continuar	Guerra. Só depende já deles mesmos
10	FLEC	Não	Sim	Sim	Alguns	Abaixo da média	Não	Direito à educação e saúde, extrema desigualdade	Sim	Abstenções elevadas	Não	Não	Redes sociais	Grande fonte	Rádio e televisão controladas	Ditadura extrema	Chicotas	Vai para os jacarés	Cresce pouco a pouco	Melhora questões sociais económicas e culturais
11	Apartidários	Sim	Sim	Sim	Sim, alguns	É lastimável	Não	Falta de emprego, educação, saúde	Sim	Participam, o voto é importante	Não	Não, mas gostaria	Internet	Fácil de publicar	A rádio e a TV não informam a verdade	Ditador	Uso da polícia para reprimir	Reprensão	Tende a aumentar	Diálogo para futuras administrações.
12	Apartidários	Liberais	Sim	Sim	Alguns	Não é boa	Não	Saúde, educação, salários baixos, desemprego	Sim	Abstenções elevadas	Partido	Não	Redes sociais	Mas se mobilizam mal, deviam saber convencer		Angola vai mudar			Tende a crescer com políticas melhores	É a concretização da democracia
13	MPLA	Não	Sim	Sim	Não	Muito abaixo de 50%	Não	Melhores condições de vida, exercício de direitos	Sim, as vezes	Deviam investir mais nisso	Não	Não	Redes sociais, claro		Tudo está traçado, por isso sempre nas redes sociais	Sistema corrupto	Colocam polícias	Abafar o caso	Deviam tentar ouvir o povo	Só assim se constrói o país
14	MPLA e apartidária	Não	Sim	Não	Não	Estamos todos insatisfeitos	Não	Educação, saúde,	Sim,	É massiva	Não	Não	Talvez internet	Mais ocultos e rápidos	Na rádio e TPA são vedados	Pseudo-democracia	Mal recebidos	Sistema policial montado	Na juventude tende a aumentar	Um passo para evolução da democracia
15	Partidários	Pouca	Sim	Sim/Não	Sim	Reduzida, abaixo de 50%	Não	Oportunidades de trabalho,	Sim	Já têm tido maior aderência	Partido	Não	Redes sociais		Mais protegi	Legalmente democrático,	Detenção e prisões	A polícia	Temo que tende a parar	Fazemos valer nossos

								distribuição de rendimentos, melhor justiça, transparência							das, anônimas	mas na prática não responde		dispersa		direitos, garantias e interesses
16	Sem orientação partidária	Não	Sim	Sim	Sim	Muitos insatisfeitos	Não	Alternância no poder, corrupção, má gestão.	Sim	Participam, mas facilmente influenciados	Não	Não	Internet	Não tem barreiras de difundir a informação	Na Rádio e TPA, hum hum, nem já.	Não é democrático	Repreensão com câes e polícias	Muito duras	Vai aumentar	Expressam seus sentimentos.
17	Sem orientação partidária	Não	Sim	Sim	Sim	Entristece-me com política segregadora	Não	Pressionar o poder, igualdade social, má gestão do erário público, saúde em fim.	Sim	Os níveis desejados não serão atingidos	Partido	Não	Redes sociais	Contacto com outras comunidades	Atingem o público alvo, com mais rapidez, a rádio e a TPA são controladas	Ditatorial na sua forma suave	Uso da força, repreensão	Perseguição sem tréguas	Tende a crescer	Ação de livre consciência, escolher seus representantes
18	Sim/Não	Não	Sim	Sim	Sim	Uma minoria satisfeita	Não	Direitos humanos, alternância no poder, má distribuição dos bens,	Sim	Não votam com liberdade de consciência	Não	Não	Redes sociais sim	Fácil e menos dispendioso	Os órgãos de Rádio e TPA estão em total descrédito	Regime fechado, totalitário	Tortura física e psicológica,	Excesso de zelo.	Não ficará estagnada nem vai melhorar	Sinais da democracia participativa.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da entrevista.

### Quadro B – Evolução das manifestações em Angola

Ano	Data	Local	Motivação/Lema	Manifestantes	Reação
2011	07.03	Luanda	Manifestação antigovernamental	Desconhecido Movimento Revolucionário do povo lutador de Angola	Detenções pela Polícia Nacional, inclusive o ativista Luaty Beirão.
	22.04	Distrito de Cazenga/Luanda e Caxito	Insalubridade da zona e melhorias sociais	Moradores e professores do Bengo	Dispersada pela polícia com vários feridos, incluído o ativista Luaty Beirão.
	03.09	Luanda	Contra o presidente José Eduardo dos Santos	População em geral.	Dispersada pela polícia nacional, forças de segurança e milícias pró-governamentais.
	03.12	Luanda	Manifestação pacífica	100 jovens de Luanda	Dispersada por polícias e agentes de segurança
2012	27.01	Cacuaco	Água e eletricidade	Residentes do Cacuaco	Reprimida pela policia, verificando-se detenções.
	03.02	Cacuaco	Protestos contra prisão de cidadãos detidos na manifestação anterior	Residentes do Cacuaco	Agredidos por agentes da policia nacional e polícia de intervenção rápida.
	04.02	Cabinda	Melhores condições de trabalho e pagamento de subsídios em atraso	Sindicato dos trabalhadores da Saúde em Cabinda	
		Cazenga/Luanda	Manifestação contra o regime	40 cidadãos	Atacados pela polícia nacional, onde foram feridos Luaty Beirão e Filomeno Vieira Lopes.
	10.03	Benguela	Manifestação pacífica	60 cidadãos	Detidos três ativistas.
	31.03	Menongue	Marcha pacífica	Veteranos das Ex-FAPLA	
	19.05	Luanda	Manifestação pacífica	Partido UNITA	
	27.05	Luanda	Rapto de Kamulingue e Cassule, reclamação de pensões	Alves Kamulingue, antigos membros da Guarda Presidencial (UGP) e antigos combatentes	
	07.06	Luanda	Atraso no pagamento das pensões há 20 anos	Veteranos de Guerra	Dispersada pela Polícia Nacional, Polícia Militar e de Intervenção Rápida
	29.06	Lubango	Atraso no pagamento das pensões há 20 anos	Veteranos de Guerra	Cancelada na hora após um encontro com o Comando Regional Militar Sul, no dia anterior.
14.07	Luanda	Manifestação anti- governamental	Movimento revolucionário	Impedida de se realizar, detidos dois jornalistas Coque Mukuta (VOA) e Isaac Manuel (RTP).	

	03.08	Lubango	Manifestação contra o regime, atraso das pensões	Veteranos de Guerra	Dispersada pela Polícia de Intervenção Rápida e SINSE, de forma violenta.
	25.08	Luanda	Manifestação contra a fraude eleitoral	Militantes da UNITA	
	22.12	Luanda	Explicação sobre o desaparecimento de Cassule e Kamulingue	Movimento Revolucionário	
2013	02.02	Lubango	Melhores condições laborais e pagamentos de dívidas em atraso	Professores	
	30.03	Luanda	Direito à vida e a liberdade para quem pensa diferente	Manifestantes contra o desaparecimento de Cassule e Kamulingue	Detenções de 20 pessoas pela Polícia Nacional
	27.05	Luanda	Manifestantes participam na vigília de protesto contra desaparecimento de Cassule e Kamulingue	Movimento Revolucionário	Detenções e torturas pela Polícia Nacional
	15.06	Cafunfu/ Lunda Norte	Protesto contra a onda de homicídios de camponeses nesta zona diamantífera	15mil habitantes	
	14.09	Lubango	Marcha de protesto, reivindicando melhores condições de trabalho.	Professores	
	19.09	Luanda	Contra as injustiças sociais em Angola	Movimento Revolucionário	Reprimida pela Polícia Nacional, detidos 23 manifestantes
	23.09	Luanda	Morto Manuel Ganga, militante da CASA-CE, a UNITA convoca uma manifestação em protesto da execução de Cassule e Kamulingue	Militantes da CASA-CE e UNITA	Reprimida violentamente com disparos, canhões de água quente e granadas de gás lacrimogéneos.
2014	03.05	Luanda	Comemorar o dia internacional da imprensa e exigir a transmissão em direto dos debates da Assembleia Nacional pelos Meios de Comunicação Social do Estado	Jovens Angolanos	Detenções de 7 ativistas primeiramente e outras detenções.
	27.05	Luanda	Chega de chacinas em Angola: Cassule e Kamulingue, Hilberto Ganga e outros; exigimos uma comissão de verdade.	Movimento Revolucionário	Reprimida pela Policia Nacional com detenções de manifestantes.
	22.11	Luanda	Pedir a demissão de José Eduardo dos Santos do cargo de Presidente da República e exigir reformas políticas.	Movimento das Manifestações de Angola, Movimento da Revolução de Angola, Movimento Angolano Reformador e União dos Ativistas das 18 províncias de Angolanas.	

2015	29.07	Luanda	Violação dos direitos humanos e as prisões arbitrárias de dezenas de ativistas detidos a mais de 1 mês.	Manifestantes Anti Regime	Reprimida pela Polícia, com 17 detenções de ativistas e jornalistas.
	29.07	Lisboa/Consulado Angolano de Lisboa	Não a repressão em Angola. Liberdade aos presos políticos Angolanos já!	150 manifestantes	Pacífica
2016	09.04	Luanda	Solidariedade com os 17 ativistas condenados a 28 de Março por atos preparatórios.	Autodenominado Movimento Revolucionário	
	26.11	Luanda	Insatisfação por determinada política ou acto, a denegação da justiça, parte do Tribunal Supremo, em não ter agido em tempo útil, a uma Providência Cautelar, a nomeação de Isabel dos Santos a PCA da Sonangol	Manifestantes subscritores: Marcolino Moco, William Tonet, Fernando Macedo, Luaty Beirão e Sezaltina Cutaia.	Reprimida pela Polícia e forças de segurança do Estado. Respondida com uma Contra- Manifestação feita pelo CICA ( Conselho de Igrejas Cristãs em Angola).
2017	24.02	Luanda Benguela	Exigir a demissão do Ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, por conduzir o Registo Eleitoral e concorrer a Vice-Presidente da República de Angola nas eleições de Agosto de 2017	Activistas políticos e sociedade civil	Reprimida pela Polícia com ferimentos de ativistas pela brigada canina, alegadamente por não ter sido autorizada.

**Fonte:** Elaboração do autor, a partir da cronologia publicada em <http://makaangola.org/2013/12/27/cronologia-das-manifestacoes/> , <http://dw.com/p/1DqNg>, e Freedom House/2016 ([www.freedomhouse.org](http://www.freedomhouse.org)).

### Quadro C1 – Idade dos entrevistados

Idade dos entrevistados	
Idade	Frequência
19	1
21	1
22	2
24	1
25	1
26	3
27	3
28	1
29	1
30	1
32	3
<b>Total</b>	<b>18</b>

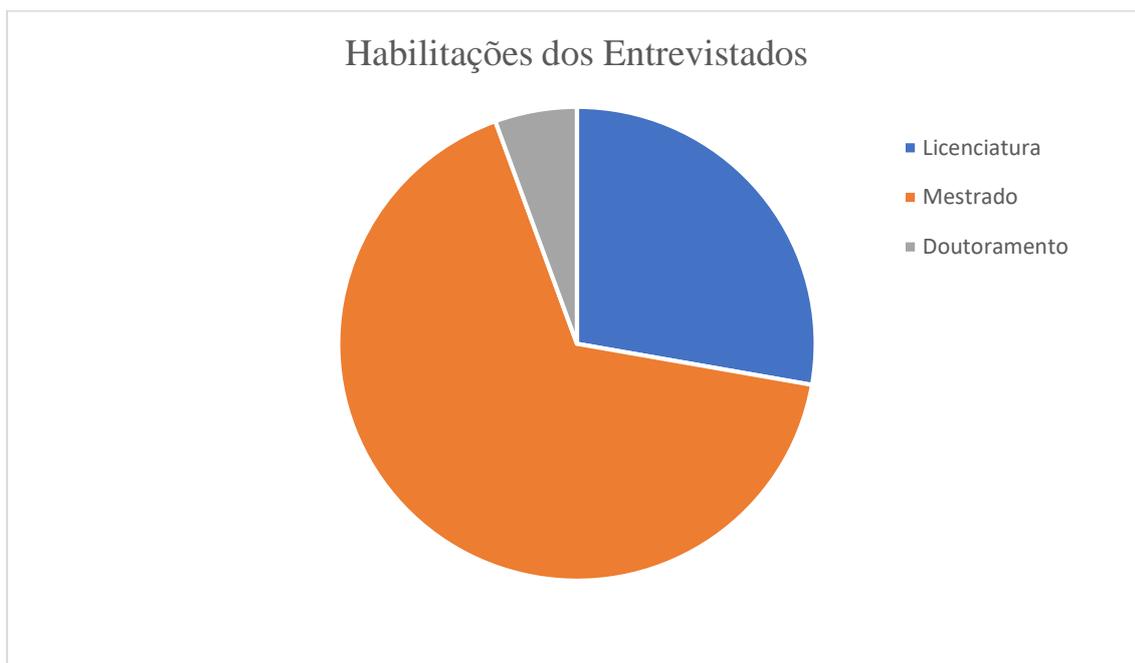
**Gráfico C1 – Idade dos entrevistados**



**Quadro C2 – Habilitações dos entrevistados**

Habilitações dos entrevistados	
	Frequência
<b>Licenciatura</b>	<b>5</b>
<b>Mestrado</b>	<b>12</b>
<b>Douramento</b>	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>18</b>

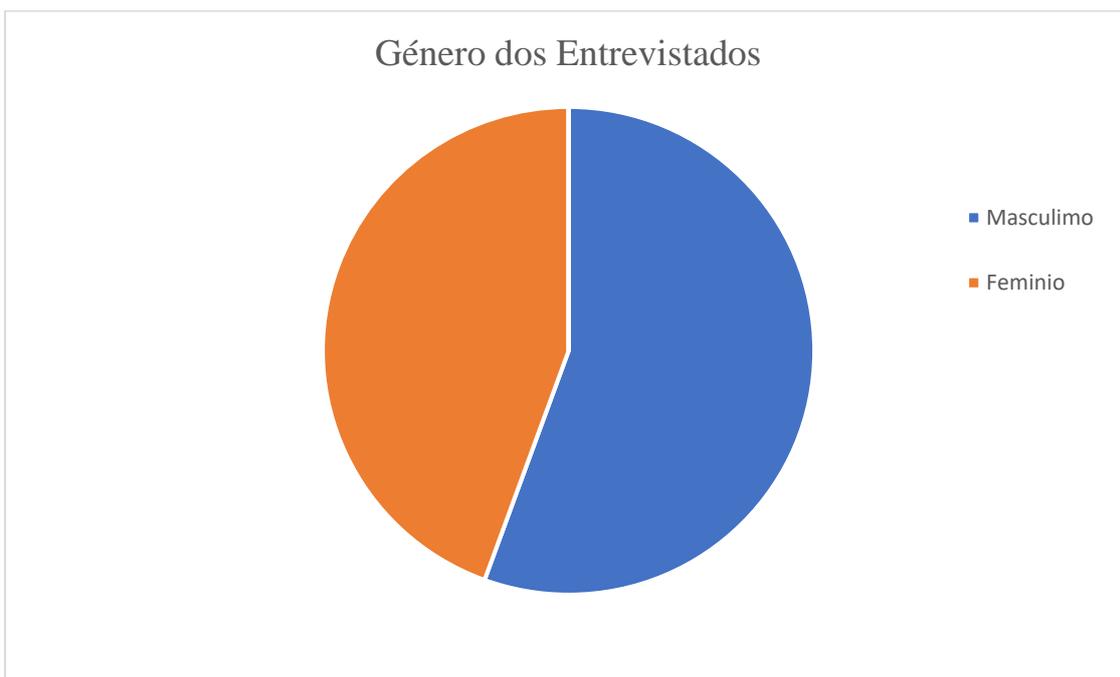
**Gráfico C2 – Habilitações dos entrevistados**



**Quadro C3 – Género dos entrevistados**

<b>Género dos entrevistados</b>	
	Frequência
<b>Masculino</b>	<b>10</b>
<b>Feminino</b>	<b>8</b>
<b>Total</b>	<b>18</b>

**Gráfico C3 – Género dos entrevistados**



**Quadro C4 – Cursos dos entrevistados**

<b>Cursos dos entrevistados</b>	
	<b>Frequência</b>
<b>Economia</b>	<b>1</b>
<b>Políticas Públicas</b>	<b>1</b>
<b>Ordenamento do Território</b>	<b>1</b>
<b>Medicina</b>	<b>1</b>
<b>Engenharia Electrónica</b>	<b>1</b>
<b>Máquinas e Motores</b>	<b>1</b>
<b>Relações Internacionais</b>	<b>1</b>
<b>Comunicação Política</b>	<b>1</b>
<b>Engenharia Informática</b>	<b>1</b>
<b>Contabilidade e Finanças</b>	<b>2</b>
<b>Direito</b>	<b>5</b>
<b>Ciência Política</b>	<b>1</b>
<b>Gestão de Recursos Humanos</b>	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>18</b>

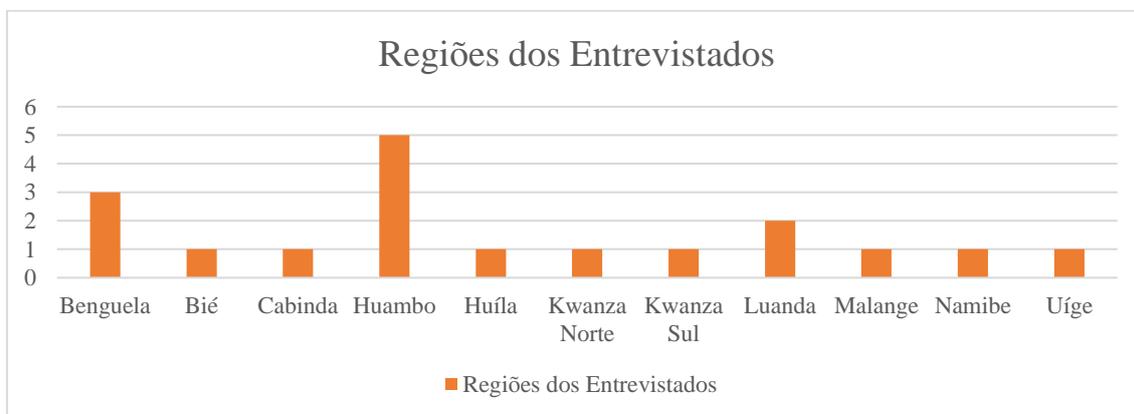
**Gráfico C4 – Cursos dos entrevistados**



**Quadro C5 – Regiões dos entrevistados**

	<b>Frequência</b>
<b>Benguela</b>	<b>3</b>
<b>Bié</b>	<b>1</b>
<b>Cabinda</b>	<b>1</b>
<b>Huambo</b>	<b>5</b>
<b>Huíla</b>	<b>1</b>
<b>Kwanza – Norte</b>	<b>1</b>
<b>Kwanza – Sul</b>	<b>1</b>
<b>Luanda</b>	<b>2</b>
<b>Malange</b>	<b>1</b>
<b>Namibe</b>	<b>1</b>
<b>Uíge</b>	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>18</b>

**Gráfico C5 – Regiões dos entrevistados**



Fonte: Elaborados pelo autor a partir dos dados das entrevistas (Quadros C1-C5 e Gráficos C1-C5)

## **ANEXO D – GUIÃO DE ENTREVISTA**

### **I. Caracterização dos entrevistados**

1. Idade?
2. Género?
3. Cidade onde nasceu?
4. Profissão?
5. Cidade onde vive e estuda?
6. Universidade, curso e o nível que frequenta?

### **II. Socialização Política**

1. Breves dados biográficos dos pais, partidos dos pais?
2. Politização do ambiente familiar, hábitos políticos dos familiares (eleitorais e cívicos).
3. Discussões de natureza política no seio da família, de amigos e colegas de trabalho,
4. Militância partidária de colegas/amigos de referência, hábitos políticos dos amigos/colegas de referência (eleitorais e cívicos), e sua influencia nas atitudes políticas do entrevistado?
5. Envolvimento em organizações políticas, associativas e sindicais, isto é, militância partidária, ativista político ou pertence a um movimento social, o tipo de atividades desenvolvidas bem como o tipo de cargo que já ocupou/ocupa durante a passagem pelo partido ou movimento social?

### **III. Motivação da participação e ativismo**

1. Na sua perceção, qual é o grau de satisfação com o modo de vida dos angolanos?
2. O governo tem sido capaz de dar resposta aos problemas que se levantam na sociedade?
3. E o que inspira participar na vida pública: melhores condições de vida, justiça social, democracia real, distribuição de rendimentos, alternância no poder, educação de qualidade?
  - a) Confiança nas instituições públicas (tribunais, saúde, administração local, escolas, polícias, segurança social, etc.).

4. A liberdade e igualdade bem como outros direitos estão na base da participação e ativismo em Angola? Ou existem outras questões de natureza sócio-económicas e políticas? Quais?

#### **IV. Modos de participação e ativismo**

1. Participação em eleições?
2. Pertence a um movimento social, associação, partido político ou é ativista isolado?
3. Participou em manifestações ou protestos? De movimentos sociais, grupos organizados ou de sindicatos?
4. De que forma tem sido a mobilização para o efeito?
  - a) Fontes de informação política (imprensa, rádio, televisão, internet, cartazes, comícios, amigos, conversas informais, etc.):
5. Que impacto têm as redes sociais online na participação e ativismo em Angola?
6. Porquê a opção pelo ativismo nas redes sociais online em Angola?

#### **V. Futuro da participação e ativismo em Angola**

1. Qual é a perceção que tem sobre o regime político angolano?
2. Quais as práticas que são levadas a cabo face a participação e ativismo no país?
3. Que medidas institucionais têm sido tomadas para com os manifestantes e outras formas de participação?
4. Qual é a sua perceção sobre o futuro do ativismo angolano, quanto a sua organização, perspectivas, face ao regime que governa?
5. Opinião sobre a importância da participação em democracia e de que forma (eleitoralmente, através de manifestações, integrado em organizações, etc.).